

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

Guilherme de Souza Machado

**O CÁRCERE, A LOUCURA E O TRABALHO
O HOSPITAL PSIQUIÁTRICO DO JUQUERY EM FRANCO DA ROCHA-SP**

Trabalho de Graduação Individual no curso de Geografia, sob orientação da Professor Doutor
Anselmo Alfredo

**São Paulo
2023**

GUILHERME DE SOUZA MACHADO

**O CÁRCERE, A LOUCURA E O TRABALHO
O HOSPITAL PSIQUIÁTRICO DO JUQUERY EM FRANCO DA ROCHA-SP**

Trabalho de Graduação Individual apresentado
à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo, como
parte dos requisitos para obtenção do título de
Bacharel em Geografia

Área de Concentração: Geografia Humana
Orientador: Prof. Dr. Anselmo Alfredo

São Paulo

2023

À memória de meu avô Jonas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente ao meu Orientador, Prof. Dr. Anselmo Alfredo, por toda ajuda e paciência durante o trabalho, por todas ideias e genialidade ao ver o mundo. Agradeço também a Profa. Dra. Rita de Cássia Ariza da Cruz, por ter me orientado no início desta jornada, e todas conversas e ajudas proporcionadas durante o curso que me fizeram crer estar no lugar certo. Sem a ajuda e companheirismo dos dois adores e angústias seriam maiores durante a formação nessa graduação.

Também agradeço imensamente às pessoas que cruzei durante a pesquisa no Juquery, Sra. Maria Elisabete Palma e o Sr. Gustavo Couto de Oliveira, ambos da Comissão de Ensino e Pesquisa do Juquery. Agradeço, à receptividade e ajuda dos funcionários do Museu de Arte Osório César, em especial o gestor do acervo, Elielton Ribeiro.

Ao meu avô Jonas, que veio a falecer este ano, por toda ajuda, carinho, conversas, e caronas, que me mostraram os caminhos tortuosos de Franco da Rocha. A minha tia Donata Isolina e minha avó Dona Angela, por toda ajuda em localizar os instrumentos e pessoas chaves neste processo, a longa contribuição como professora e assistente social, respectivamente, foram de grande ajuda, neste processo.

Aos meus amigos que nesta jornada sempre estiveram ao meu lado, Pedro, Guilherme, Anna, Giovanni, Carol, Saraiva, Nayara, Samara, Matheus, Zé e tantos outros que estiveram comigo nestes 5 anos de graduação. Aos meus amigos, Caroline, com sua paciência e amizade, e Jackson, por toda ajuda na elaboração dos mapas deste trabalho. Jamais esquecerei de vocês.

Aos meus pais e meu irmão, que durante este ano conturbado estiveram sempre me auxiliando no que fosse preciso, a todo carinho, ajuda e paciência, não haveria forma de agradecê-los.

“Sou resistente, vivo, sinto na virilidade da minha consciência pulsar a atividade da cidade futura que estou ajudando a construir. Nela a cadeia social não pesa sobre poucos, cada acontecimento não é devido ao acaso, à fatalidade, mas é obra inteligente dos cidadãos. Não há ninguém na janela contemplando enquanto os poucos se sacrificam, se esvaem em sacrifício; aquele que permanece de plantão na janela para aproveitar do pouco que a atividade dos poucos alcança ou para desafogar a própria desilusão vituperando o sacrificado desfalece sem conseguir o que pretende. Vivo, tomo partido. Por isso odeio quem não o faz, odeio os indiferentes.”

(Antonio Gramsci)

Palavras-Chave

Juquery, Mundo do Trabalho, Loucura, Periferia, Alienados.

Resumo

Este trabalho de graduação individual, por meio da reunião bibliográfica e pesquisa qualitativa, analisa como se sucedeu o surgimento e desenvolvimento do Hospital Psiquiátrico do Juquery, bem como a análise dos tratamentos empregados à terapia. A finalidade é realizar uma leitura sobre como o mundo do trabalho, e a consolidação do capitalismo na periferia, conversam mutuamente com a ciência e a urbanização empregada ao território. Busca-se compreender aquilo que será gerador, ao meu ver, das desigualdades à periferia da metrópole paulistana, bem como o peso histórico na fundação da cidade e o papel central que o Hospício adquire, no tratamento e no trabalho.

Key-Words

Juquery, World of Work, Madness, Periphery, Alienated.

Abstract

This individual undergraduate thesis, through a literature review and qualitative research, examines the emergence and development of the Juquery Psychiatric Hospital, as well as an analysis of the treatments employed in therapy. The purpose is to provide an interpretation of how the world of work and the consolidation of capitalism in the periphery mutually intersect with science and the urbanization applied to the territory. The aim is to understand what, in my view, will generate inequalities in the periphery of the São Paulo metropolis, as well as the historical significance in the city's foundation and the central role that the psychiatric hospital assumes in both treatment and labor.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. RESGATE HISTÓRICO	11
2. O MUNDO DO TRABALHO DA PERIFERIA	16
2.1. O ENGENHEIRO, O MÉDICO E O NATURALISTA	23
2.2. ESPACIALIDADE DO TRABALHO	33
3. NORMATIVIDADE E PUNIÇÃO	39
4. ADMINISTRAÇÃO NO PERÍODO DE FRANCISCO FRANCO DA ROCHA (1896 - 1923)	45
5. ADMINISTRAÇÃO NO PERÍODO DE ANTONIO CARLOS PACHECO E SILVA (1923 - 1937)	52
CONCLUSÃO	58
REFERÊNCIAS	63

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Aspecto geral do Hospital Central do Juquery.....	27
Figura 2: Aspecto da Lavoura, provavelmente Moinho.....	28
Figura 3: Represa, cachoeira e estação de tratamento de água.....	29
Figura 4: Expedição no ano de 1892, comitiva do Governo paulista para conhecer o local onde seria construído o hospital. Sentado na carroça, Dr. Franco da Rocha aponta as colinas de Juquery.....	31
Figura 5: Horta do Hospital, e ao fundo o trem.....	40
Figura 6: Mapa de Franco da Rocha, explicitando o Complexo Ferroviário e o Complexo Hospitalar do Juquery.....	62

INTRODUÇÃO

Franco da Rocha é uma cidade da Região Metropolitana de São Paulo com 156.492 habitantes. Antes de sua emancipação (1944) fazia parte do município de Juqueri, homônimo do nome do rio que passa pela localização, "o rio do espinheiro que repousa, propenso a adormecer", em conjunção dos atuais territórios de Mairiporã, Francisco Morato e Caeiras. A localização serviu por muito tempo como entreposto da cidade de São Paulo com o interior do estado. No século XIX passou de um distrito de São Paulo para em 1881 um distrito de Guarulhos, até 1888, ano da emancipação de Juqueri. E apenas em 1945 Franco da Rocha consolidou-se como município autônomo.

O território, também, em 1776 recebe a construção do Caminho do Juqueri, que seria conhecida como Estrada Velha de Bragança. E em 1888, viria abrigar a estação do Juqueri em 1888. a partir da aquisição de terras, antes grandes fazendas, pela empresa São Paulo Railway.

Fato é que a construção da estrada de ferro estabelece uma íntima ligação com o setor da produção no que se refere à circulação de bens e pessoas, e por isso ganha importância a relação que possui com a cidade metrópole, São Paulo, principalmente a partir do século XX. Este papel é central na discussão que busco estabelecer no trabalho, o uso da ferrovia como centralidade capital, o que permite circulação da produção do interior.

Desta maneira, este trabalho irá argumentar que é no avanço das relações sociais advindas do capitalismo que surge a necessidade de se regular e de tratar aquilo que aparentemente não encaixa no modo de produção, ainda que seja produto direto deste desenrolar. Assim, a construção do Hospício do Juquery inicia-se em 1895 finda em 1898 inaugurando o maior hospital psiquiátrico da América Latina, justamente para se abrigar o não-trabalho, e dar um fim a ele. Devido às más condições de tratamento no Asilo da Capital Paulista, eram propostos planos emergenciais, como a readequação do ex-alojamento de imigrantes no Bom-Retiro, porém, as péssimas condições não permitiram. (Pizzolato, 2008) A partir daí, enquanto era aguardada a construção do Hospício do Juquery, o Governo do Estado compra uma chácara em Sorocaba, inaugurando em estilo de colônias agrícolas, para 80 pacientes, transferidos da capital. Franco da Rocha supervisionava mensalmente a operação, que ficava sob responsabilidade de um

administrador e um médico local. Seu período de funcionamento foi curto, até a inauguração do Hospício do Juquery, em 1898, tendo os internos sido transferidos para a, enfim, inauguração. (Garcia, 2012) Fato é que o hospital e a nova rede de circulação, a partir da nova estação de trem, fomentaram o crescimento do entorno, numa urbanização que o centro estará no trabalho e no cárcere.

A fase inicial do Hospício é administrada pelo Doutor Francisco Franco da Rocha, médico psiquiatra por formação, e que hoje dá nome à cidade. Após a fundação do território, que ainda faz parte da cidade de Juquery, em 1934, assume-se o nome do célebre diretor, demonstrando o caráter da cidade com o passar dos anos, sua profunda ligação com o hospital psiquiátrico. E é nisto que nos concentramos, esta linha irá estabelecer certa centralidade naquilo que já foi considerado fora da centralidade urbana, o Hospício. Observa-se, também, que a cidade assumia certo protagonismo no local, dada sua referência regional ao tratamento dos doentes psíquicos, portanto há um lugar central no surgimento do hospital e a urbanização da cidade.

A partir deste momento da cidade vemos o crescimento de políticas e estruturas segregatórias, no âmago do tratamento psiquiátrico do Juquery, após a morte do Doutor Franco da Rocha e sobretudo a partir da década de 1930, com a criação do Manicômio Judiciário, e a implementação das terapias de choque, sob a administração de Pacheco e Silva. É neste contexto que busco compreender a mudança das formas que compõem este espaço de segregação, seja pela terapia ou implantação de novos instrumentos. Além de estabelecer um paralelo entre o que se apresenta como terapia e o que se entende como trabalho. A estreita ligação entre o capitalismo e as suas formas conduzirá às nossas reflexões neste trabalho.

A segregação, bem como o cárcere, portanto, é algo que se embrenha no mundo do trabalho, e constituem formas de punição e tratamento. A segregação, portanto, aparece como instrumento básico àqueles que saem da normalidade capitalista. No início do século passado coloca-se a loucura em decorrência direta ao nível de urbanização e industrialização, razão pensada historicamente na Inglaterra do século XVIII, pós Revolução Industrial. Nesse mesmo contexto é que a loucura deveria estar separada, portanto, daquilo que lhe acende, a cidade e seu racionalismo industrial e esta temporalidade contida no cotidiano das indústrias, ao som característico que marca o ínicio, o meio e o fim de um dia.

Quem vai à estação homônima da cidade se depara ao desembarcar com um grafite que ilustra algumas frases de moradores:

- “Terras, terras do Juquery vim aos poucos devagar cresci, pensei, amei e sonhei, e minha alma só voa por aqui...” (Alcir)
- “O trem engole o povo na estação e vai cuspindo até a Luz, o povo se mói na luta pelo pão carregando a sua cruz” (George de Paula)
- “Misturou-se tanta história de Franco com o Juquery que quase não sei agora se o que tenho na memória é verdade ou me perdi” (Erineide)

Estas frases demonstram o crescimento e consolidação do Hospital Psiquiátrico, como centralidade em Franco da Rocha, representa como o trabalho e o cárcere irão compor a história desta cidade, e é nesta relação de contradição que estará resguardada a crise do próprio capital. Deste ponto de vista, o trabalho representa em qualquer localidade ponto chave para se pensar sua própria produção do espaço enquanto mercadoria. Assim, a periferia expressaria o trabalho dispensado, como forma.

Fato é que este processo inerente ao capitalismo e suas crises subsequentes deixam claro que a expansão do capitalismo só ocorre, devido à redução do trabalho vivo, porém, essa diminuição leva à queda na taxa de lucro, ainda que haja um mais-valor crescente e que as crises, desta maneira, seriam resultados da contradição pela expansão do capitalismo. Gera-se portanto excedente de mão de obra, e é neste entendimento onde se estará presente a ideia do que se fazer sobre o que se excede mas também faz parte do processo capitalista. Marx escreve sobre isto:

Por outro lado, essa diminuição relativa de seu componente variável, acelerada pelo crescimento do capital total, e numa proporção maior que o próprio crescimento deste último, aparece, inversamente, como um aumento absoluto da população trabalhadora, aumento que é sempre mais rápido do que o do capital variável ou dos meios que este possui para ocupar aquela. A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua. (Marx, 2013, p.856).

No bojo desta citação podemos pensar, como produtos da contradição do capital, na população trabalhadora excessiva, em contraste ao processo do aumento do trabalho morto. Marx comenta acima que a produção deste excedente relaciona-se à própria noção de geração de valor inserta no capitalismo. Assim, Foucault escreve, “O capitalismo não tem como razão de ser privar os trabalhadores

dos meios de subsistência. Mas ele não pode se desenvolver sem privá-los dos meios de subsistência." (Foucault, 1972, p.129). Isto é, a existência expansiva do capital correlaciona-se à privação dos meios para a população geral, e destaca a segregação e a sandice inerente ao processo capitalista, e o trabalho. Em outro momento em sua obra "Em Defesa da Sociedade ", de 1976, escreve:

Creio que se pode deduzir qualquer coisa do fenômeno geral da dominação da classe burguesa. Parece-me que o que se deve fazer é inverso, ou seja, ver como, historicamente, partindo de baixo, os mecanismos de controle puderam intervir no tocante a exclusão da loucura, a repressão, a proibição da sexualidade; como, no nível efetivo da família, do círculo imediato, das células, ou nos níveis mais baixos da sociedade, estes fenômenos, de repressão ou de exclusão, tiveram seus instrumentos, sua lógica, corresponderam a um certo número de necessidades; mostrar quais foram os seus agentes, e procurar esses agentes não, de modo algum, no âmbito da burguesia em geral, mas dos agentes reais, que podem ter sido o círculo imediato, a família, os pais, os médicos, o escalão mais baixo da polícia, etc.; e como esses mecanismos de poder, em dado momento, numa conjuntura precisa, e mediante certo número de transformações, começaram a tomar-se economicamente lucrativos e politicamente úteis. (Foucault, 2005, p.39).

Ou seja, Foucault enxergava nestes aparelhos repressivos, de maneira objetiva, o movimento de uma sociedade burguesa, do século XX, no qual se coloca em ostracismo parcela daqueles que enlouquecem à busca do capital. Me parece claro que existe suas contradições neste processo segregatório, penso que existe a face subjetiva, íntima à mazela, porém trata-se de como a loucura é vista em termos capitalistas, adjuntos às normativas criadas pelo Estado Burguês, e assim pensar o caminho de um processo que se fragmenta e em Franco da Rocha sediará tais aparelhos, que no fim significam o não trabalho. A urbanização envolve todos os setores da sociedade, sobretudo, em seu aspecto técnico, e por que não científico. Portanto, existe certa divisão social do trabalho que processa a especialização urbana, que conduz à segregação do não trabalho (loucura) em relação ao trabalho. Esta determinação espacial, o lugar da loucura que se urbaniza, temporalmente, calcado na relação do trabalho capitalista, e que mais adiante, será discutido, este movimento do centro à periferia.

É aqui que procurarei desenvolver portanto a ideia do cárcere e o trabalho, ambos relacionados e sob certa urbanização particular na periferia do mundo capitalista. Busco compreender quais são os lugares da contradição, neste caso, a relação entre cárcere é o não trabalho, em última instância.

1. RESGATE HISTÓRICO

Meados do século XIX marcam o início do que vem a ser este trabalho. Precisamente no ano de 1848 quando foi promulgada a lei que liberava o desenvolvimento de plantas e orçamentos para construção de asilos aos alienados,(Pizzolato, 2008) pessoas que não se adaptaram à feição higienista da camada mais rica que, com o avanço das oligarquias brasileiras, estiveram em evidente destaque político e social. Fato é que coincide com momentos de grande efervescência política, social e econômica. Vale lembrar que em 1840 inicia-se o segundo reinado, agora sob a administração de Dom Pedro II e os preceitos iluministas resguardados pela classe política caracterizam o momento.

Assim, podemos entender que esta data também marca, por assim dizer, a crescente ideia do urbano, e sobretudo da consolidação de um capitalismo industrial, e de largas escalas, no mundo, ligado às grandes concentrações de massas e por fim uma normatividade condutora, que apenas estabelece-se mais à frente. Esta normatividade condutora que assinalo, quero dizer com ela novas rationalidades que estarão presentes até mesmo em situações mais agrárias, como é o caso.

Desta maneira, observa-se a crescente urbanização do centro do capitalismo e sobretudo o desenvolvimento da concentração de massas, atrelado ao desenvolvimento do cientificismo positivista, a ideia do desenvolvimento traz consigo suas contradições, e indivíduos massificados, entendidos internos de um processo. Quero dizer com isto que havia uma nova consciência no período que ascendia. Franco da Rocha estará inserida nesta consciência na produção do seu espaço.

Vamos nos aproximar mais do nosso objeto e período, que gostaria de trabalhar. Este período marcado pelo crescimento das cidades coloca em voga a questão sobre os “desajustados”, principalmente perante às novas formas organizacionais. A medicina e o controle social andam lado a lado, porque ambos sujeitos tratam de normas, costumes e morais estabelecidos e em vigência em normatividade. Observamos em Danação da Norma:

Quando se investiga a medicina do século passado - em seus textos teóricos, regulamentos e instituições - se delineia cada vez com mais clareza, um projeto de medicalização da sociedade. A medicina investe sobre a cidade, disputando um lugar entre as instâncias de controle da vida social. (Machado et al., 1978, p. 18)

Desta maneira, destaca-se para mim o funcionamento destes aparelhos e de maneira mais particular o funcionamento característico que observamos em relação

ao Hospital Psiquiátrico. A particularidade do capital em lugares não centrais é o que move este trabalho. A se tratar primeiramente de preâmbulo histórico, dos primeiros conjuntos de normas até os atuais, é importante ter se em mente quais são os momentos em que aparecem estes aparelhos com moldes semelhantes aos dias atuais, em funcionamento

Assim, tratarei primeiramente dos hospícios, que datam aproximadamente do século XV na Europa. E é do velho continente que encontramos todo um conjunto cultural baseado por muito na instituição da Igreja Católica, e que será importado mais tarde às terras brasileiras, baseado numa moralidade e civilidade bem descrita. Até o século XIX este tipo de instituição assumia caráter asilar, provendo abrigo e certo conforto paliativo, para a população de marginalizados e doentes mentais, quase sempre com o crivo e administração clerical.

Apenas com o desenvolvimento da psiquiatria há uma mudança sistemática desta instituição, ou seja, observamos a institucionalização de pensadores, entre os principais, Esquirol e Pinel. Os dois constituíram o pensamento da época, o primeiro dando início à era dos grandes asilos e a luta pela sistematização da loucura na ciência médica e a cura da loucura através da readequação moral, tal como proposto por seu antecessor Pinel.

Desta maneira se estabelece neste processo do capital, aspectos bem delimitados, com base naquilo que se pensava ser em primeiro lugar, o avanço, que nasce atrelado ao pensamento mercantil, capitalista, fato que irá determinar o rumo de novas políticas públicas. Seguindo a abordagem de Erving Goffman em seu livro de 1961, dedica-se a analisar instituições totais, a construção de espaços sociais que seguem políticas sociais e econômicas. Estas, ele denomina, de instituições totais, que são fechadas, que operam com um sistema de internação, em permanente vivência comum.

Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. (Goffman, 1974, p.11).

Assim, essas instituições controlam a moradia, trabalho, lazer e oferecem locais de reconstrução dos costumes em sociedade, em correção ou terapia psicológica. Desta maneira, observa-se o desenvolvimento desses espaços sobretudo em grandes centros urbanos. O Hospício Dom Pedro II no Rio de Janeiro

surge como primeiro ponto de referência, principalmente às famílias mais abastadas, por ser o único modelo no Brasil. Este que funcionará principalmente para auxiliar a população que enfrentava algum tipo de disfuncionalidade social econômica devido à doença psiquiátrica. Este início da psiquiatria do Brasil está ligado sobretudo ao movimento das elites, a emergência do louco enquanto problema social surge no Brasil no século XIX, com uma sociedade colonial rural e ainda primitiva, mas que já exigia das autoridades ações para que fossem retirados de circulação. (Arruda, 2017) A localização deste hospício nos revela, a centralidade que assume neste período; famílias abastadas que estavam em localizações mais afastadas enviam seus entes para a capital, porém, o comum é entender que o Hospício é sobretudo uma instituição para os mais pobres, que não tinham condições de se preservarem em asilos domiciliares..

Como descreve Pier Paolo Bertuzzi Pizzolato, em sua dissertação de mestrado, a evolução da instalação de tais instituições em São Paulo caminha do centro para a periferia da zona metropolitana:

“Recapitulando as diferentes implantações, podemos destacar três momentos distintos, tanto em sua localização urbana como em seu programa arquitetônico: 1 - instituição dentro do chamado “triângulo histórico”; 2 - instituição passa para o cinturão das chácaras - vale do Tamanduateí (Parque D. Pedro I); 3 - instituição se fixa de forma permanente no cinturão caipira (Vale do rio Juqueri).” (Pizzolato, 2008, p.48).

Este movimento ocorre sobretudo ao final do Império, e a proclamação da República, em um movimento da busca bucólica presente nas teorias psiquiátricas. Esta diferenciação se dá, novamente, pela consolidação das normas e sobretudo dos agentes de segurança ou agentes de saúde que faziam o trabalho de conter e legitimar a violência do Estado. Com isto, a população encarcerada aumentou sucessivamente, e o desafogo das prisões começou por separar os “loucos” dos sãos.

Em 1852 São Paulo instaura o primeiro manicômio na cidade após a recusa da Santa Casa da Misericórdia em receber a população acometida pelas enfermidades da mente, como assinalado em Danação da Norma, estes hospitais se organizavam em espaço e funcionamento pela religião, para preparação de uma boa morte, e que não servia à ideia terapêutica que vinha se desenvolvendo. Como supracitado esta primeira casa estava localizada no “Centro Velho”, por assim dizer,

ou triângulo histórico, entre a rua São João e Aurora. Há neste local uma velocidade de transformações, dado que existia uma disputa evidente pelas elites econômicas que começavam a florescer e ocupar este entorno, no pré café, pouco explorado espacialmente.

Esta casa apresenta diversas irregularidades, devido a sua localização, tamanho e proposta, afinal o asilo não possuía tanta institucionalidade quanto outros órgãos já pré estabelecidos em funcionamento, e até mesmo menos complexos da função científica e hospitalar que o asilo deveria ter.

Alguns anos mais tarde há a mudança para outro prédio, com a transferência de todos internos, dada a insipiência do estado de funcionamento do edifício. Assim, em 1862, através da compra da Chácara do Fonseca, pertencente ao Padre Monte Carmelo, localizado na várzea do Rio Tamanduateí. Importante assinalar que as duas experiências foram em instalações ou edifícios pré existentes, fato que denota a primitiva psiquiatria sistemática que havia em São Paulo.

Durante o funcionamento desta segunda instituição, o projeto do Hospital Psiquiátrico do Juquery estava sendo desenvolvido, agora em novas proporções e orçamentos a psiquiatria ganhará novos agentes e consolidava-se como ciência médica. O positivismo científico estava envolvendo a política e a ciência, e isto é visível quando são feitos ajustes aos tratamentos adequados para os alienados. O asilo de alienados encontra-se superlotado e as prisões com muitos alienados misturados aos presos comuns. (Pizzolato, 2008) Tal fato faz com que o governo busque áreas mais afastadas da cidade de São Paulo, dada às condições que se criavam no cinturão das chácaras, com compras de grandes terras, chegada de imigrantes e sobretudo, como supracitado, as famílias abastadas paulistanas concentravam-se às terras outrora pouco exploradas. Assim escreve Paolo Pizzolato:

Em última análise, a área do Cinturão das Chácaras se conformou não como uma zona rural em relação ao centro polarizador, mas sim como subúrbio da cidade, onde famílias com maior poder aquisitivo puderam ocupar e criar novos bairros mais abastados que posteriormente configuraram áreas de forte apelo para as transações sociais contíguas ao antigo centro de São Paulo.

Entre 1769 e 1900 este cinturão expandiu-se, tomando uma forma compacta em seu território, circundando os antigos bairros da região central de São Paulo e conformando os atuais contornos dos bairros da ponte Grande, Pari, Brás, Mooca, Cambuci, Vila Mariana, Jardim paulista, Vila América, Santa Cecília, Barra funda e Bom Retiro. (Pizzolato, 2008, p. 34)

Desta maneira, a cidade de Sorocaba foi escolhida para sediar a nova instituição, até a inauguração do Hospício do Juquery, porque entre esta e a cidade de Mogi-Mirim a primeira apresentava melhores condições de infraestrutura e eixo de transporte. Neste momento Doutor Francisco Franco da Rocha surge nos apontamentos das direções das políticas públicas voltadas para o tratamento psiquiátrico. Este que era um ativo denunciante das péssimas condições de tratamento aos alienados, e que por meio destas promoveu publicações na mídia da época onde acendia esta questão ao grande público.

Assim, propôs ao governo do Estado que fosse construído um Hospital Asilo-Colônia, este que era um novo caminho da psiquiatria europeia, sobretudo publicada no Congresso Internacional de Alienistas de 1889 em Paris, França. Este movimento era para que em anexo aos manicômios fossem criadas colônias agrícolas, onde a ideia era que o trabalho fosse utilizado como terapia, moral e social. Franco da Rocha era pioneiro na América do Sul, ao propor que esta nova instituição deveria oferecer assistência digna e especializada, e ia na contra-mão, propondo certa científicidade em relação ao tratamento e à terapia dos internos.

O que proponho é que por meio desta racionalidade, há também uma maneira de se entender o que há dentro e fora do mundo civilizado. Este, leia-se por uma concepção higienista, o mundo do trabalho tudo engloba, sobretudo em suas contradições. O estudo para mim é importante que apresente os personagens deste período, que edificam a sociedade e se criam numa relação dialética, de consolidação urbana capitalista e científicidade positivista, isto estará fundamentado em um mundo do trabalho característico à periferia do capital. Juquery representou a fundação da cidade, bem como instaurou uma lógica presente ao seu funcionamento, um espaço de centralidade econômica e social.

2. O MUNDO DO TRABALHO DA PERIFERIA

Quando em 1852 surge o primeiro Hospício no Brasil a relação existente com a loucura, estabelecida em suas formas, era bem diferente do que iremos encontrar no Juquery em 1889, e sobretudo dos anos que sucedem a sua inauguração. Este fato está ligado particularmente ao mundo do trabalho. O que são as instituições totais, como supracitadas, senão o controle daquilo que entendemos como vida social? Existem particularidades do que se trata quando falamos do homem do século XIX e do XX e sua vida, e esta mudança do mundo do trabalho é importante para se compreender as mudanças existentes neste período no que consta o tratamento psiquiátrico, e seus agentes, sobre a égide do mundo do trabalho.

Assim, que momento se insere a criação destes novos aparelhos estatais onde se legitima o cárcere e a violência dos agentes? Segundo o que encontramos no prefácio da 9^a edição de “O Cativeiro da Terra”, o Brasil se desenvolve na fórmula simples da coerção pelo trabalho do homem livre. O livro desenvolve esta ideia, mas basicamente, está posto que se a terra é livre, o trabalho tinha que ser escravo, e se o trabalho é livre, a terra deveria ser cativa, ou escrava. É esta visão, segundo Martins, que condenará o modelo da economia concentraçãonista. Se pudermos ir adiante, é neste mesmo âmago que nascerão os conceitos sobre o trabalho, e as noções básicas sobre o que se entende do que é ser livre, e do que, em última instância, é ser um homem livre.

Foi esta economia concentracionista e pós escravidão que possibilitou a materialidade da apreensão laboral que adquirimos em nossa consciência como brasileiros. Além disso, faz-se questão retornarmos à escolha de Franco da Rocha como sede do Hospital para alienados do Juquery, para além da escolha econômica, evidente nas passagens supracitadas, existe a concentração do capital na metrópole paulistana, onde Franco da Rocha se torna um apêndice da economia crescente de São Paulo. E, se faz necessário assinalar também outro aspecto, qual é a relação com a própria terra daquilo que nos convém chamar de camponês, mas que serve também ao médio e baixo proletariado concentrado nas cidades, qual a alternativa que sobra para o não proprietário de terras, e como esta relação implicará nas terapias propostas por meio do trabalho.

Numa economia capitalista baseada na exportação, a terra vira mercadoria, produto de uma especulação, isto é, após 1850. Esta pilhagem ocorre durante todo período colonial, e quando no Império pudemos adquirir certa independência,

mudam-se apenas os títulos. A propriedade da terra surge perante o Estado Brasileiro como propriedade territorial capitalista, ou seja, presidiu a instauração, difusão e consolidação do capitalismo, portanto, quando falamos de uma laborterapia como base do cárcere e terapia, falamos sobre a inserção do homem ao mundo do trabalho, com tudo que carrega, moral e socialmente. O acesso às terras se deu por meio da instauração da lei de terras, que consistia não só na condição de homem livre, mas também de pecúlio para a compra da terra, assim o Estado decidir a dedo quem poderia possuir terras ou não, isto é, ficavam concentradas nas mãos de uma elite agrária.

Ademais, neste momento em que há mudanças significativas sobre a natureza da mão de obra. Em 1850 o Brasil institui a cessação do tráfico negreiro, e anos mais tarde instituiria a abolição da escravidão. Então estes dois fatos conversam estreitamente entre si o que encontraremos nas ruas das cidades, e quem são estas pessoas que ficarão desamparadas pelo estado em questões de suas necessidades. Além disso, os ex-escravos às margens do processo do capital, há a mudança apenas do agente, agora o colono, que substancialmente promove as mesmas ações que os escravos. Muda-se a maneira como se expropriar o homem, e a nação com que fará a usurpação dos bens. Passamos de Portugal para Inglaterra.

Assinala-se como José de Souza Martins, que é neste primeiro momento em que observamos sobretudo nas fazendas de café a mudança da mão de obra escrava negra para a do colono, ou seja, são estabelecidas as novas relações de trabalho que vão reger o movimento da exploração do campo, bem como a noção do trabalho, nesse momento. José de Souza Martins argumenta que esta relação não poderia ser estabelecida como capitalista, por todas suas particularidades no que consiste ao pagamento do trabalho, e a relação com a própria terra, que se estabelece, e que por muitos historiadores consideram esta relação como um resquício feudal, herdado da colônia europeia, e reduzido a uma análise linear. Sobre isto ele escreve:

De fato, à medida que os próprios pesquisadores descrevem as relações de trabalho que predominaram na substituição do escravo pelo trabalhador livre, baseadas na produção direta dos meios de vida necessários à reprodução da força de trabalho, já se constata que tais relações não podem ser definidas como capitalistas (nem o trabalho como assalariado) senão através de muitos e questionáveis artifícios. (Martins, 2010, p.26).

Mais a frente veremos que a natureza deste novo momento do trabalho é nascida de um escravo para um trabalhador livre, o que quero dizer é que este trabalhador do campo não receberá nenhum tipo de salário no fruto de seu trabalho, vindo do proprietário da terra, e como assinala José de Sousa Martins, “mais nada adjetiva, nem mesmo o trabalho assalariado.”. (Martins, 2010, p. 27) Desta forma o que se entende sobre o que surge neste momento é uma particularidade daquilo que irá dominar o modo como se comporta, economicamente e socialmente o campo brasileiro e sobretudo paulista. E é verdade que já existiam trabalhadores livres, mas que não possuíam as relações capitalistas com a terra, sobretudo, e não havia trabalho assalariado.

Segundo José de Souza Martins, a contradição que está presente na emergência do trabalho livre concentra-se na transformação das relações de produção a fim de preservar a economia colonial de exportação. (Martins, 2010) Isto quer dizer que as relações no campo, pouco tiveram mudança em relação ao que se observa do regime de trabalho imposto aos trabalhadores. A diluição do trabalho escravo não destitui o agente do sistema, o que reproduz as relações sociais, portanto, ainda serão estabelecidas as relações de senhor sobre o trabalhador livre. Sobre isto Florestan Fernandes escreve em seu livro “A integração do negro na sociedade de classe”:

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. (Fernandes, 2008, p.29)

Ainda, o caso do negro é de total perdição ao mundo do trabalho, e em não reconhecer à sociedade de trabalho que irá compor, tampouco, aquilo que lhe competia entre os seus direitos. Esta “perdição” estará sujeita àquilo que observamos, um processo de marginalização espacial do negro recém liberto. Sobre isso encontramos em Florestan:

Em suma, a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de se reeducar e de se transformar para corresponder aos novos padrões e ideais de ser humano, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo. (Fernandes, 2008, p. 35)

Este ponto que gostaria de alcançar, estes sujeitos que sofrem a ação terão que se adaptar à sociedade do trabalho capitalista, regidas por um código cível

instituído pelos mesmos senhores, que advindos, sobretudo, daquelas famílias que compunham a elite econômica e política do país. Há profundas mudanças no que diz respeito à vigilância, moralidade e tudo que completa a vida social da população. No Brasil, ordenações normativas de ordem cível até 1916 eram regidas pelos mesmos princípios e valores encontrados no código civil português. Ou seja, a consolidação do Brasil enquanto normatividade acontece apenas na República, o que portanto irá demonstrar os profundos laços estabelecidos em moralidade e civilidade perante à metrópole, ou, em maior profundidade, os traços europeus.

Também, outro ponto a ser desenvolvido no que tacerá às novas relações de trabalho neste período se da na característica qualitativa onde a escravidão se diferia do trabalho livre, como assinala José de Souza Martins. Este trabalhador livre que viria a substituir o escravo, ambos eram comuns quanto à característica de estarem separados dos meios de produção. Porém, diferiam na separação do trabalhador livre e sua força de trabalho, enquanto no escravo a propriedade da força de trabalho e a do detentor dessa força se fundiam ao capital personificado no proprietário da terra e de escravos. Assim, Martins escreve:

O trabalho livre gerado pela crise da escravidão negra diferia qualitativamente do trabalho livre do agregado, pois era definido por uma nova relação entre o fazendeiro e o trabalhador. O trabalhador livre que veio substituir o escravo dele não diferia por estar divorciado dos meios de produção, característica comum a ambos. Mas difere na medida em que o trabalho livre se baseava na separação do trabalhador de sua força de trabalho, que no escravo se confundiam, e nela se fundava sua sujeição ao capital personificado no proprietário da terra. Entretanto, se nesse ponto o trabalhador livre se distinguia do trabalhador escravo, num outro a situação de ambos era igual. Refiro-me a que a modificação ocorreria para preservar a economia fundada na exportação de mercadorias tropicais, como o café, para os mercados metropolitanos, e baseada na grande propriedade fundiária. (Martins, 2010, p.28)

Assim, é nesta transformação das relações de produção onde encontraremos a principal produção presente no trabalho paulista, as fazendas de café. Estas modificações, como já dito, alteram qualitativamente as relações do fazendeiro com o trabalhador, ou seja, as relações de produção. Existe agora uma mudança da coerção para o trabalho, se no escravismo está se punha em uma obrigatoriedade definida pela punição física, bem como a sua exaustão, juridicamente, segundo Martins, o patrão e o trabalhador livre eram iguais, juridicamente, assim deveria haver outros métodos para ceder a outro sua capacidade de trabalho.

Neste ponto, devo salientar que trabalharei mais a frente, mas este processo aparece como comum, é nesta coerção do trabalhador livre, onde nascerão novas formas de se expropriar, agora, a própria consciência que tem sobre seu trabalho. Martins escreve, ainda, sobre um distanciamento entre, afinal, o capitalista das relações de produção. O capitalista que aparece como o elo hierárquico de maior grau, deve aparecer como autoridade legitimadora, e é dessa maneira que o trabalho aparecerá em cativeiro, numa relação de dominação quase oculta.

No cerne de onde nascerá o trabalho livre, através do cativeiro, o capital definia o processo de trabalho, mas não instaura um modo capitalista de coagir o trabalhador a ceder a sua força de trabalho em termos de uma troca aparentemente igual de salário por trabalho. Assim, assinala-se que o trabalho nas fazendas de café, e sua relação com o externo, estará condicionada ao monopólio do próprio trabalho e sua condição social, não mais como era com o escravo, porque o trabalhador livre se torna cativo à terra. O trabalho livre sempre aparecerá como subjugação, muda-se a forma, porém não deixa de existir.

Além disso, outro ponto a se trabalhar com Martins é quando ele explana um pouco o que significa liberdade neste momento ao trabalhador e a sua ligação com o próprio trabalho em si. Para o escravo a liberdade era o contrário do trabalho, era sua negação, sua liberdade consiste na recusa da força do trabalho, por outro. O homem livre, desassociado dos meios de produção, seu trabalho era a condição da liberdade, assinala Martins, que esta liberdade é muito específica, a de vender sua força de trabalho.

Portanto, Martins escreve que a abolição da escravatura, no final, representou uma mera transformação na condição jurídica do trabalhador. E aqui ele escreve um ponto muito importante que será um dos fios condutores que descrevo neste trabalho. Martins escreve:

Sem isso não seria possível passar da coerção predominantemente física do trabalhador para a sua coerção predominantemente ideológica e moral. Enquanto o trabalho escravo se baseava na vontade do senhor, o trabalho livre teria que se basear na vontade do trabalhador, na aceitação da legitimidade da exploração do trabalho pelo capital, pois, se o primeiro assumia previamente a forma de capital e de renda capitalizada, o segundo assumiria a forma de força de trabalho estranha contraposta ao capital. (Martins, 2010, p.33)

Assim, descreve-se ainda mais a criação de um trabalhador livre à margem, onde a abolição descarta e substitui o negro pelo imigrante, onde aparecerá, o

negro, e um processo marginal de reintegração do capital. Esta sociedade cujas relações sempre se estabelecem entre senhor e escravo, não tinha condições, segundo Martins, de promover o aparecimento do trabalhador livre a partir do escravo. Para o escravo a liberdade é liberdade do trabalho, para o imigrante a liberdade é através do trabalho, comprar a terra e repor o trabalho familiar. Assim, é nessas condições onde se entende as relações da cafeicultura e a imigração de trabalhadores estrangeiros. Sobre o colonato Martins escreve:

Essa crise deu lugar a um regime de trabalho singular, que ficou conhecido como regime de colonato, como mencionei, que abrangeu a cultura de café, mas que também alcançou a de cana-de-açúcar em São Paulo. Ele não pode ser definido como um regime de trabalho assalariado, já que o salário em dinheiro é, no processo capitalista de produção, a única forma de remuneração da força de trabalho. Isso porque o colonato se caracterizou, como se verá em detalhe mais adiante, pela combinação de três elementos: um pagamento fixo em dinheiro pelo trato do cafezal, um pagamento proporcional em dinheiro pela quantidade de café colhido e produção direta de alimentos, como meios de vida e como excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador, portanto, um componente camponês pré-capitalista na relação laboral. Além do que o colono não era um trabalhador individual, mas um trabalhador familiar, modo camponês de trabalhar, estranho ao mundo do assalariamento e aos requisitos de sua efetivação. É, porém, a produção direta dos meios de vida, com base nesse trabalho familiar, que impossibilita definir essas relações como relações propriamente capitalistas de produção. A prévia mercantilização de todos os fatores envolvidos nessas relações, mediante a qual o salário não pode ser um salário aritmético, isto é, disfarçado, mas deve ser salário em dinheiro para que os meios de vida necessários à produção da força de trabalho sejam adquiridos e regulados socialmente pela mediação do mercado, é condição para que as relações de produção se determinem como relações capitalistas de produção. Tal condição, porém, não se dá neste caso. O salário aritmético é um salário que entra nos cálculos e na cabeça do capitalista, mas que não entra no bolso do trabalhador, não produz uma relação social. (Martins, 2010, p. 34)

Em seguida Martins faz aquilo que considero de suma importância neste trabalho, define como se dá este capitalismo que se engendra nesta história profunda e densa baseada na expropriação do homem pelo homem. O capitalismo aparece para ele como a reprodução do capital subordinando e redefinindo antigas relações, mas, sobretudo, também, segundo Martins, envolve relações não capitalistas, igual e contraditoriamente precisa a própria reprodução. Ele demarca algo que Marx demonstra, o capital preserva, redefine e subordina relações não capitalistas. São estas relações de subordinação que explicarão, ao meu ver, o entendimento que se dá diante do trabalho na lavoura. Isto é, como a presença do capitalismo no campo, e as suas formas de trabalho baseadas no lucro, mesmo que comercial, transforma a centralidade do trabalho à discussão da terapia.

Assim, sobre esta redefinição observa-se como a terra sendo uma categoria natural do espaço, sem valor inerente à sua existência, teoricamente não deveria ter um preço. Em seu brilhantismo, submete esta relação a justamente relações não capitalistas nos países europeus, o uso da terra estava sujeito a um tributo. Segundo Martins, estas formas pré-capitalistas de renda estavam condicionadas unicamente ao fato de algumas pessoas possuíam o monopólio sobre a terra. Segundo Martins esta “irrationalidade” em suas próprias palavras é adquirida pelo capitalismo. Sobre esta renda, assinala que em nada tem a ver com seu passado pré capitalista, porque aparece, agora, não mais como um tributo pessoal, e sim o pagamento que toda sociedade faz, para a classe que detém o monopólio da terra.

Perceba a profundidade que se cria a partir da terra quando pensamos neste momento onde encontramo-nos na periferia do capitalismo, às suas margens em novas e velhas formas. Segundo Martins esta nova forma caracteriza-se no capitalismo. Assim, a reprodução de relações não assalariadas no processo da produção, expressa não apenas a expansão do capitalismo, mas também a reprodução das contradições do mesmo segundo Martins, “o movimento contraditório não só de subordinação de relações pré-capitalistas ao capital, mas também de criação de relações antagônicas subordinadas não capitalistas.” (Martins, 2010, p. 36). Assim, onde o capitalismo não é baseado em trabalho assalariado, segundo Martins, há uma mentalidade híbrida capitalista, que faz com que a economia funcione como a economia capitalista, porém a sociedade se organize com base em relações sociais e “valores de orientação” pré modernos. Neste momento há uma passagem muito interessante onde ele escreve sobre diferentes formas de organização que se deram dessa maneira pelo Brasil, como o colonato no café, a peonagem e o regime do barracão. Em todos os casos, o empresário inventa ajustes econômicos para que ganhe como capitalista mas pague como senhor de escravos.

O que se pode estabelecer é que é nestas condições onde as relações de trabalho se darão, de profunda exploração e baixa mobilidade, onde frequentemente eram conservadas relações sociais de produção pré capitalistas. O colono estava incorporado à economia cafeeira em costumes, de um processo de trabalho que não mudara em relação à escravidão, mas estabelecerá, incorporado ao regime, novas relações com o trabalho da realidade agrária paulista.

Portanto, esta é a sociedade do trabalho que encontraremos neste momento, sobretudo no campo paulista, onde vamos observar a recente emancipação dos agora ex-escravos, e novos regimes de trabalho, ligado ao colonato. Descreve assim José de Souza Martins, a produção capitalista de relações não capitalistas. E é nesta sociedade onde encontraremos o uso terapêutico do trabalho a fim de recuperar o indivíduo moralmente e culturalmente. Portanto, resgatar historicamente como se firma esta sociedade do trabalho se faz necessário, para que assim define-se esta base moral e cultural que existe dado o trabalho e o seu regime.

Há um capitalismo que se forma na agricultura, lemos que é exploração do trabalho, o outro, na centralidade, como forma, é a loucura. Assim, é a partir do Complexo do Juquery que a cidade de Franco da Rocha irá se fazer. Assim, ao meu ver, estaria representando certa centralidade do trabalho no mundo capitalista pela loucura. Isso, devido ao devir industrial do trabalho. Torna-se assim na centralização do trabalho assalariado e industrial, a loucura como periferia. No capitalismo agrícola situa-se a centralidade da loucura, como a forma do trabalho. Na industrialização, a centralidade do trabalho e a periferia da forma da loucura. E como ambos são sistêmicos do trabalho, incluem a urbanização, a ponto de haver uma divisão social territorial do trabalho, onde a loucura torna-se constitutiva dessa urbanização, neste caso Franco da Rocha. A discussão que se abre é sobre como há personificação das mudanças que fomentam este caráter, como frutos de um tempo.

2.1. O ENGENHEIRO, O MÉDICO E O NATURALISTA

A implantação da instituição, portanto, nos sugere uma perspectiva crítica acerca daquilo que irá ser a base da fundação do Hospital, bem como do complexo, a consciência que estará implantada desde o início, desde este momento inicial, da saída do centro para a periferia. O Hospital Psiquiátrico do Juquery, ou Colônia Agrícola de Alienados do Juquery, foi inaugurado em 1898. Erguido em um espaço de 170 hectares, com projetos arquitetônicos desenvolvidos por Francisco Ramos de Azevedo (1851-1928).

A racionalidade trazida pelos novos pensadores, do século XIX, positivistas, traz consigo paradigmas materiais que estarão no âmago da sociedade capitalista e que irão fixar o entendimento sobre os novos centros urbanos. Desta maneira a sociedade reproduz espaços onde serão destinados tratamentos para os que vão contra a racionalidade e a moralidade da vida social.

O projeto fora proposto por uma comissão, formada pelo Doutor Franco da Rocha, o engenheiro Theodoro Sampaio e o naturalista Albert Loefgren. A intenção era propor um conjunto de características que deveriam estar presentes à nova instituição, e aqui insere-se a crítica ao momento, vejamos quem eram estes personae, e o que representavam a esta consciência, ou conjunto de categorias que deveriam estar nas novas formas do tratamento, e sobretudo, do não trabalho.

Marx escreverá no prefácio da primeira edição do Capital Volume 1, sobre como eles personificam como ciência, como máscaras a esconder o rosto, intenção,, esconder ao final a monstruosidade. Através destes, uma consciência social, que passa pela racionalidade do trabalho (engenharia), que é científico (psiquiatria) e, também, naturalização(naturalista). Neste caso, a ida à periferia representa a contradição do trabalho, como se não houvesse relação com ele, a loucura. Esta aproxima o negativo do trabalho à natureza, ao que não tem haver com a sociedade, civilização, ou moral (trabalho). Vejamos estas passagens onde Marx expôs sua leitura sobre o caso:

A forma de valor, cuja figura acabada é a forma-dinheiro, é muito simples e desprovida de conteúdo. Não obstante, o espírito humano tem procurado elucidá-la em vão há mais de 2 mil anos, ao mesmo tempo que obteve êxito, ainda que aproximado, na análise de formas muito mais complexas e plenas de conteúdo. Por quê? Porque é mais fácil estudar o corpo desenvolvido do que a célula que o compõe. Além disso, na análise das formas econômicas não podemos nos servir de microscópio nem de reagentes químicos. A força da abstração [Abstraktionskraft] deve substituir-se a ambos. Para a sociedade burguesa, porém, a forma-mercadoria do produto do trabalho, ou a forma de valor da mercadoria, constitui a forma econômica celular. Para o leigo, a análise desse objeto parece se perder em vãs sutilezas. Trata-se, com efeito, de sutilezas, mas do mesmo tipo daquelas que interessam à anatomia micrológica. (Marx, 2013, p.112)

Aqui explicará de antemão como seu método de análise funcionará, leio que apenas através da abstração é que pode-se compreender com que formas econômicas se darão aos formar o corpo, ler-se economia. Após este trecho exibe como se entende estas formas e como conversam perante a situação alemã:

Comparada com a inglesa, a estatística social da Alemanha e dos demais países ocidentais do continente europeu ocidental é miserável. Não obstante, ela levanta suficientemente o véu para deixar entrever, atrás dele, uma cabeça de Medusa. Ficaríamos horrorizados ante nossa própria situação se nossos governos e parlamentos, como na Inglaterra, formassem periodicamente comissões para investigar as condições econômicas; se a essas comissões fossem conferidas a mesma plenitude de poderes para investigar a verdade de que gozam na Inglaterra; se, para essa missão, fosse possível encontrar homens tão competentes, imparciais e inflexíveis como os inspetores de fábrica na Inglaterra, seus relatores médicos sobre

public health (saúde pública), seus comissários de inquérito sobre a exploração de mulheres e crianças, sobre as condições habitacionais e nutricionais etc. Perseu necessitava de um elmo de névoa para perseguir os monstros. Nós puxamos o elmo de névoa sobre nossos olhos e ouvidos para poder negar a existência dos monstros. Não podemos nos iludir sobre isso. Assim como a guerra de independência americana do século XVIII fez soar o alarme para a classe média europeia, a guerra civil americana do século XIX fez soar o alarme para a classe trabalhadora europeia. Na Inglaterra, o processo revolucionário é tangível. Quando atingir certo nível, haverá de repercutir no continente. Ali, há de assumir formas mais brutais ou mais humanas, conforme o grau de desenvolvimento da própria classe trabalhadora. Prescindindo de motivos mais elevados, os interesses mais particulares das atuais classes dominantes obrigam-nas à remoção de todos os obstáculos legalmente controláveis que travem o desenvolvimento da classe trabalhadora. É por isso que, neste volume, reservei um espaço tão amplo à história, ao conteúdo e aos resultados da legislação inglesa relativa às fábricas. Uma nação deve e pode aprender com as outras. Ainda que uma sociedade tenha descoberto a lei natural de seu desenvolvimento – e a finalidade última desta obra é desvelar a lei econômica do movimento da sociedade moderna –, ela não pode saltar suas fases naturais de desenvolvimento, nem suprimi-las por decreto. Mas pode, sim, abreviar e mitigar as dores do parto. Para evitar possíveis erros de compreensão, ainda algumas palavras. De modo algum retrato com cores róseas as figuras do capitalista e do proprietário fundiário. Mas aqui só se trata de pessoas na medida em que elas constituem a personificação de categorias econômicas, as portadoras de determinadas relações e interesses de classes. Meu ponto de vista, que apreende o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural, pode menos do que qualquer outro responsabilizar o indivíduo por relações das quais ele continua a ser socialmente uma criatura, por mais que, subjetivamente, ele possa se colocar acima delas. (Marx, 2013, p. 114)

Aqui, faz-se um percurso sobre o entendimento e a análise a que estamos dispostos na sociedade capitalista burguesa, e o tratamento dessas estatísticas. O mais importante é o último parágrafo deste trecho, onde explica um pouco mais sobre a individualização destes rumos. Por mais que busque-se a separação à natureza, no final sempre serás criatura, indivíduo responsável pelo que lhe compete socialmente. Esta separação, portanto, como expõe Marx, personificava o movimento das leis naturais que deveriam estar contidas no rumo da história.

Doutor Franco da Rocha, como estará exposto mais adiante no trabalho, representava a mão não leiga do Estado, que dada a necessidade do rumo da sociedade de classes, buscava por certa científicidade ao tratamento daquilo que era considerado a perspectiva do não trabalho, e que, sobretudo, não deveria estar presente na cidade que buscava assemelhar-se à consciência higienista europeia. Franco da Rocha, não só representava, como também aparecia em alguns momentos expondo suas ideias eugenistas, perante aquela população recém liberta.

Estes nomes representavam as ideias que deveriam ser desenvolvidas neste novo período. Theodoro Sampaio representando a engenharia, a racionalidade na

produção do espaço, ser indistinguível e indispensável à implantação da instituição. Vejamos como se comporta o planejamento da produção do espaço segundo o capital. Sobre isso David Harvey escreverá sobre:

A acumulação do capital sempre foi uma ocorrência profundamente geográfica. Sem as possibilidades inerentes da expansão geográfica, da reorganização espacial e do desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo, há muito tempo, teria deixado de funcionar como sistema econômico político. Essa mudança incessante rumo a um “ajuste espacial”, referente às contradições internas do capitalismo (registrada, de modo mais perceptível como superacumulação de capital numa área geográfica específica), junto com a inserção desigual de diversos territórios e formações sociais no mercado mundial capitalista, criaram uma geografia histórica global da acumulação do capital, cujo caráter precisa ser mais bem entendido. (Harvey, 2005, p. 193)

Desta maneira, o que visa esta produção do espaço é justamente o ajuste, que acerca do não trabalho busca produzir novas localidades e “vocações” condizentes com o espaço a ser produzido. Esta produção do espaço é também a produção de uma racionalidade, do que entende-se, novamente, sobre o não trabalho e a periferia, a marginalidade. Esta, que faz parte também do processo do trabalho, bem como do próprio capitalismo incipiente no campo e nas cidades.

Figura 1: Aspecto geral do Hospital Central do Juquery



Fonte: Comissão de Ensino e Pesquisa do Juquery

Esta Imagem configura-se para mim o entendimento que se tinha acerca da vocação das localidades, isto é, há certa racionalidade implantada que se sistematiza por meio dos projetos. Vejamos toda estrutura empregada, e como nasceu este local, como espaço central da urbanização de Franco da Rocha, inevitável dizer que esta vocação fora provocada, em forças maiores, a do capital.

Por fim, o naturalista Albert Loefgren, este último representa a ligação com o Darwinismo social, Eugenia e sobretudo pelo determinismo e zoomorfização que se cria através das teorias de cunho naturalista. Albert aparece também como engenheiro-arquiteto, mas suas experiências anteriores contam com expedições botânicas, realmente com mais conhecimento sobre o terreno. Porém, significa isto, a própria comissão, a racionalidade que se transforma sobre a produção do espaço.

A comissão viria a constituir um relatório onde estavam presentes as seguintes características, segundo o que é exposto na dissertação de mestrado de Pier Paolo Bertuzzi Pizzolato, 2008, não deveria ser um local muito próximo da

cidade, para garantir o pleno desenvolvimento que pudesse ter; ter área suficiente para edificações e ampliação agrícola; ser de fácil acesso à construção e fiscalização futura; ter abundância de água; ser próximo de centros de distribuição de modo a não encarecer mercadorias; os terrenos não devem ser muito caros.

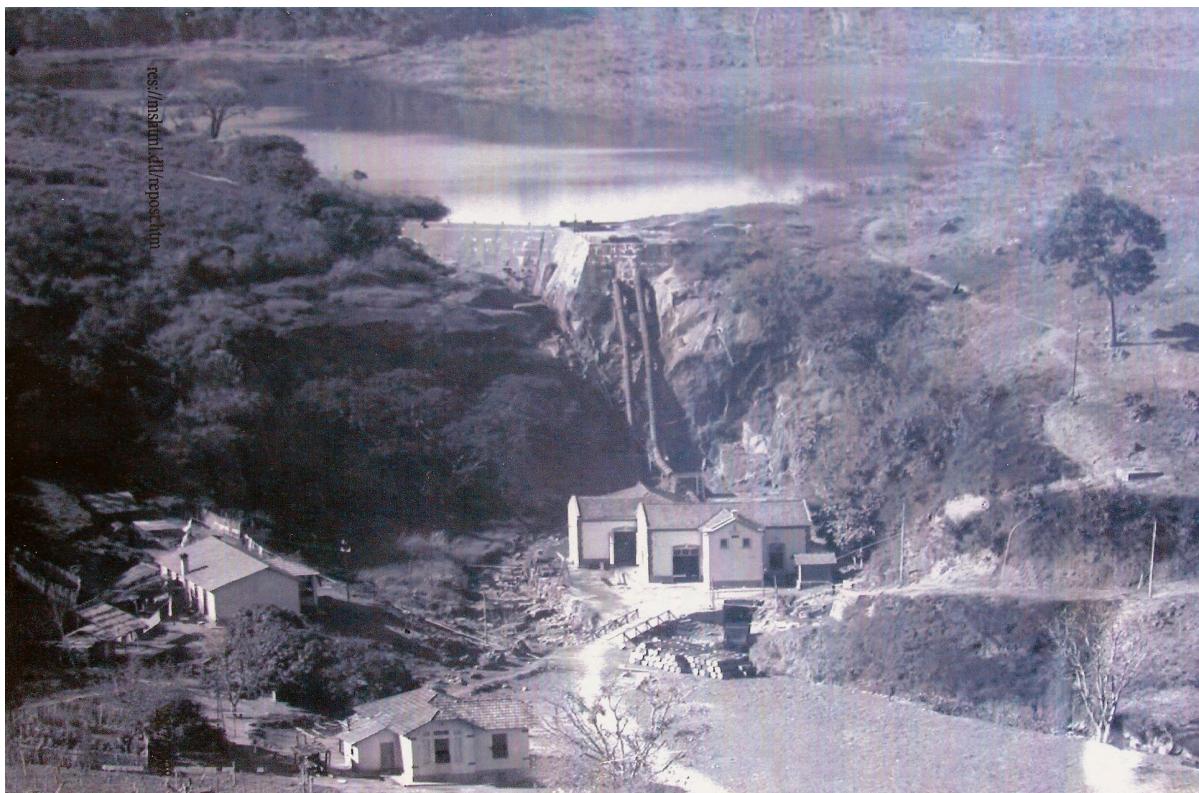
Figura 2: Aspecto da Lavoura, provavelmente Moinho



Fonte: Comissão de Ensino e Pesquisa do Juquery.

Esta fotografia demonstra o aspecto inicial da instalação das lavouras no Complexo. Neste ponto acredito que é importante demonstrar em aspecto prático como o território se dava, aparecendo como um local em condições favoráveis e afastadas da centralidade que a cidade assume.

Figura 3: Represa, cachoeira e estação de tratamento de água.



Fonte: Comissão de Ensino e Pesquisa do Juquery.

Esta segunda imagem mostra como as instalações foram cuidadosamente pensadas para a infraestrutura local, neste sentido, todo o esforço que se faz para o caminhar da loucura à periferia, demonstra qual a feição que o governo e as elites intelectuais atribuem à cidade, a centralidade, e ao campo , como periferia.

Estas indicações estavam relacionadas sobretudo à centralidade que o trabalho e o capital adquire numa economia burguesa, ou seja, onde se promove a acumulação concentrada em espaços e localidades, não por acaso as reivindicações estavam relacionadas em sua maioria à saúde econômica do projeto. Combinado a isto, o local deveria, ainda, ter acesso a grandes pedaços de terra, visando o projeto de colônias agrícolas e ao trabalho manual. Ainda que houvesse esta diferença, sobretudo, do espaço e da laborterapia, os preceitos dos alienistas franceses Philippe Pinel (1745-1826) e Jean-Étienne Esquirol (1772-1840), que recomendava o isolamento, o controle e a vigilância para afastar o indivíduo das causas de sua loucura, eram assegurados, e isto era estritamente possível pela sua separação espacial do grande centro urbano. A loucura neste caso é porque não há trabalho empregado, portanto o isolado, próximo a natureza, é o que não se

humanizou, a periferia, busca racionalizar-se e centralizar-se sobre o que seria o retorno à razão do trabalho.

A cidade então será fundada às bases dessas margens, que já eram presentes, e por isso a escolha do local para abrigar o asilo, ou espaço terapêutico, ou como prefiro chamar, espaço do trabalho, na marginalidade daquilo que é centro, das pessoas que estavam inaptas de produzir e viver sob o mundo do trabalho. Isto é, tudo aquilo que acarreta seus entes e os cuidados, não só numa via subjetiva da doença psíquica, mas num coletivo que se transborda e impossibilita os cuidados, dada à pequena brecha que havia aos cuidados dos mais necessitados e desinformados.

O município surge às margens do Rio Juquery, de mesmo nome da primeira Vila que compreende o território hoje conhecido como Franco da Rocha. O nome que origina este espaço vem da ocorrência às margens do rio de uma planta que os indígenas chamavam de “yu-kery”, da qual extraíam um tipo de sal para temperar seus alimentos. Esta é a famosa planta “Dorme-Maria” que ao ser tocada se fecha, e que depois de um tempo passa a se abrir novamente. Tal passado indígena foi abandonado, e deu lugar ao nome do trabalho, da personificação.

O território franco-rochense serviu de entreposto para as diversas expedições ao interior do Estado, sobretudo por sua localização, nem tão próxima, mas nem tão longe, e seu relevo, que entre vales concentra o leito do rio, e lá alguns encontraram seu refúgio. Sua importância fica reduzida a tal fato, e a uma área de plantações, advindas do tempo das sesmarias, em registros mais antigos que datam de 1627. Em 1866 a empresa responsável pelas ferrovias em São Paulo, faz a compra de algumas fazendas, a Estrada de Ferro São Paulo Railway, efetuar essas compras e em 1888 a Estação do Juquery seria inaugurada, próxima onde 10 anos mais tarde seria fundado o Hospital Psiquiátrico.

Figura 4: Expedição no ano de 1892, comitiva do Governo paulista para conhecer o local onde seria construído o hospital. Sentado na carroça, Dr. Franco da Rocha aponta as colinas de Juquery.



Fonte: Comissão de Ensino e Pesquisa do Juquery.

Esta imagem nos demonstra que do ponto de vista do planejamento, o território de fato chamaria a atenção sobre a racionalidade, no aspecto de que está distante, mas não tanto, e o próprio relevo e vegetação do local se encarrega de manter a instituição fechada.

Este era então mais um trecho da importante Santos Jundiaí, linha que ligava o interior de São Paulo ao Porto de Santos, a fim de escoar as mercadorias, marcas da política colonial, que fundaram o âmago de Franco da Rocha. Assim, com a inauguração da estação, os interesses econômicos e a facilidade de se explorá-los são alavancados. E assim inicia-se a ocupação acelerada, que em 10 anos iria observar o crescimento acelerado dada a atratividade que se cria a partir de uma gama destes processos que serão instalados que propiciam um universo de relações ligadas ao hospital.

Desta maneira, entendo que a vocação “natural” que adiante será desenvolvida por mim, à instalação da instituição, de nada é natural, observa-se categoricamente utilizando Milton Santos como os processos e funções se relacionam para que se forme os fluxos, e a forma e a função formam se os fixos, que darão origem a situação material que encontramos em Franco da Rocha. A natureza neste momento é a identidade do não trabalho, daquele lugar onde, portanto, caberá a loucura permanecer.

Fundado às margens do capital, no trânsito da economia e consolidado a partir do cárcere e do trabalho. O fenômeno que ocorre Franco da Rocha, e funda o território que está ligado diretamente com a consolidação do capitalismo global, trata-se da dispersão urbana, e a fundação deste território coloca em cheque a ordem da relação concêntrica existente entre a cidade-sede que distribui de maneira progressiva, em seu entorno, a expansão das suas relações sócio-econômicas.

Esta nova estrutura projeta estas relações para novos espaços em aparente desarticulação com o centro, em um processo contínuo de expansão. Este fato está ligado ao progresso acentuado da mobilidade das relações, não apenas físicas, mas também pelos meios de comunicação, que tornam a presença dispensável de alguns componentes administrativos em determinado local. Por isso, assinala-se mais um conjunto daquilo que define em espaço e tempo a escolha histórica do território de Franco da Rocha para instalação deste eixo do tratamento psiquiátrico.

Assim, define-se espacialmente e temporalmente a escolha da cidade de Franco da Rocha para sediar tal instrumento do Estado. Então, o cerne desta aproximação se faz pelo avanço do capital e como ele se comporta espacialmente, porque não há descolamento desta questão perante o capitalismo. E de onde se insere, nesta produção do espaço marginal. E a reprodução desta marginalidade se dá, sobretudo, no âmbito social e do trabalho em relação à normatividade imposta pelo Estado. O que será determinante da localização de Franco da Rocha, será a natureza, a periferia, ciência e a relação com o trabalho, dada a acessibilidade que a ferrovia favorece. Portanto, toda urbanização estará calcada nesta relação que se estabelece entre a ciência e a sociedade, no sentido mais amplo.

2.2. ESPACIALIDADE DO TRABALHO

Assim, em José de Souza Martins, em “O Cativeiro da Terra”, também encontraremos um preâmbulo daquilo que concerne à própria localização das redes de transporte, e que mais tarde seria uma das explicações para a implantação da instituição que procuro desenvolver neste trabalho. Desta maneira, assinala-se que a renda capitalizada foi a principal forma do capital na fazenda cafeeira, sob o regime do trabalho escravo e sob o regime do trabalho livre. É nesta forma do trabalho capitalista onde estão sendo fundados a normatividade e o uso das terapias psíquicas.

O trabalho agora composto pelo tipo assalariado nas fazendas de café, passa a ser objeto da renda capitalizada, quando por fim o escravo deixa de possuir valor, apenas com a abolição da escravatura, e antes de mais nada a formalidade normativa da Lei de Terras de 1850, garantiram a passagem do escravo para a terra, da atividade produtiva do trabalhador para o objeto do trabalho, a terra. Esta mudança garantirá, segundo Martins, a dimensão rentista da economia de exportação, que é do próprio capitalismo, mas, liberta-se do rentismo do trabalho e transfere à propriedade da terra. Durante o período da escravidão, como já havia citado, o valor da terra era praticamente destituído. Sobre isso Martins escreve:

Genericamente falando, ela não tinha a equivalência de capital, alcançando às vezes um preço nominal para efeitos práticos, sobretudo quando pequenas indenizações eram oferecidas a posseiros encravados no interior das sesmarias, para pagamento de seus roçados, e não da terra, uma vez que a Lei de Terras reconheceu seu direito de posse das terras de seu cultivo, mesmo como enclaves de terras sesmarias. (Martins, 2010, p. 40)

Assim, os preços atribuídos aos terrenos eram meramente nominais, não realizáveis. Desta maneira, a fazenda, representará o trabalho do escravo acumulado, e a sua potencialidade. Logo, a terra não representava valor em sua existência vazia, quem aplicava o valor era o trabalhador, tornava-se um bem precioso, tanto que as hipotecas eram feitas preferencialmente a dos escravos, como garantia principal aos financistas e bancos aos fazendeiros.

A situação que se cria após a proibição do tráfico negreiro, com o aumento do valor da mão de obra escrava, e a dupla função do escravo nesta economia, leia-se como fonte de trabalho e fonte de capital para o fazendeiro. Esta situação perante os créditos, e a renda envolvida produzia uma conjuntura em contradição. Segundo Martins é neste momento em que a solução inevitável seria a abolição da

escravatura. Fato é que criou-se uma desproporcionalidade entre a produtividade e o tributo que deveria ser pago à mão de obra, aos traficantes.

Assim, formalmente, a legislação do território aumentava as garantias de negociabilidade nas terras, ao então fim da renda mobilizada no escravo. Em 1873, o governo aumentou o crédito hipotecário a todos municípios das províncias de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, tendo como base a fazenda, que era representada pelas plantações e pelas instalações. Este processo é uma das causas da expansão do café à oeste do estado, em direção à cidade de Campinas. Segundo Martins, porém, esta região desde o século XVIII possuía uma elite de plantadores de cana-de-açúcar, senhores de engenho, ligados às primeiras fortunas de São Paulo. Segundo o mesmo, é nesta mesma localidade onde surgem as bases daquilo que viabiliza e torna possível o nosso capitalismo agrário pós-escravista, justamente o colonato.

Esta substituição da produção da cana para o café, demandava capital. E a extensão de crédito hipotecário, supracitado, abria a possibilidade de substituição do escravo como trabalhador e fonte de capital de custeio. Há uma diferenciação neste momento que se baseia nas primeiras hipotecas executadas, os financiadores, bancos e comerciantes não tinham intenção de se tornarem fazendeiros. Martins, sobre isto escreve:

Os próprios comissários haviam trabalhado pela criação da carteira hipotecária do Banco do Brasil, modo de se livrarem das arriscadas funções bancárias que mantinham com seus clientes. Mas a legislação estabeleceria "a adjudicação forçada do imóvel penhorado e executado ao credor, na última praça de liquidação e na ausência de licitantes". Ora, tal solução não interessava aos credores dos fazendeiros insolventes, dado que o que tinha curso no comércio e constituía o objetivo de todo o aparato era o café, a mercadoria em condições de ser comercializada, quase como dinheiro. Obtiveram com isso, em 1885, modificações nas leis, de modo que, no lugar da hipoteca do imóvel, lhes fosse garantida a penhora do fruto pendente e do fruto colhido. (Martins, 2010, p. 47)

Desta maneira, estas alterações descritas por Martins, perante a produção de café, eram necessárias, porque com o fim do tráfico negreiro, o inevitável fim do regime servil, de maneira previsível, e por fim a queda do preço dos escravos, diminuía a capacidade dos fazendeiros de levantarem capitais, e assim as relações comerciais tendiam a uma desorganização da própria produção. O capital que antes era pago aos traficantes de escravos passou a ser pago às companhias imobiliárias e aos grileiros. (Martins, 2010)

A partir de 1866 o surto ferroviário apareceu como elemento explicativo essencial à renda diferencial decorrente do encurtamento das distâncias entre produção e porto de exportação. É neste ponto em que nasce um dos importantíssimos aspectos daquilo que viria a formar a territorialidade de Franco da Rocha perante ao eixo econômico. Executada a construção da São Paulo Railway, entre Santos e Jundiaí, a empresa inglesa, com capital proveniente da produção e dos fazendeiros de café. Os lucros das companhias ferroviárias procediam sobretudo da renda diferencial que elas incrementaram, incluindo áreas inacessíveis dentro de um circuito de rentabilidade que tinha como referencial o porto de Santos.

Assim, a espacialidade envolvida em toda criação e fomentação daquilo que se imagina como polo do tratamento psicológico estará condicionado historicamente a uma relação de subserviência, no final, ao trabalho e sua correlação com o próprio grande centro. Esta profunda ligação com o eixo do trabalho nos revela a não surpreendente descoberta desta instalação nada amigável estar onde está. A localidade de Franco da Rocha, até o momento onde será instalado o Hospital Psiquiátrico, estava em uma quase insignificância no que consiste a própria produção, havia terras mais férteis, não havia pedras preciosas, por fim apenas lhe sobrará sua terra nua, que em alguma função devido o café, esteve agora inserida no processo do capital. Esta busca pela função é o que irá cercear a história de Franco da Rocha.

Esta é uma contradição importantíssima, o crescimento que se cercea, é do não trabalho, mas o acesso ao mundo do trabalho que funda a possibilidade do Hospital Psiquiátrico, o processo de escolha do local indica isso, a própria presença da ferrovia. Assim, há uma centralidade do trabalho com a periferização da loucura, mas o centro de Franco da Rocha se faz a partir do complexo. Portanto, é nesta centralidade da loucura e periferização do trabalho que se cerca a lógica urbana de Franco da Rocha. Indo um pouco mais além, deve-se observar que esta lógica contida na contradição é o que estrutura todo o capital, dentro do processo de produção, o trabalho, a loucura não está fora.

Florestan Fernandes assume a expansão urbana deste período como um fenômeno induzido diretamente ou indiretamente pelas fazendas de café, convertendo São Paulo numa cidade estrangeira, em suas palavras. Acredito que é neste momento em que encontramos o porquê do movimento da centralidade para o periférico da instituição de cárcere. É nesta expansão, não somente pelo aspecto

econômico que se tem neste momento, isto é, café no campo, em regime de colonato, e a grande elite concentrada na centralidade espacial de São Paulo. É nesta expansão que surgirá a possibilidade do encurtamento das suas relações, e certa conveniência de onde se instala um projeto de proporções grandes como foi o Hospital.

Entendo que esta separação também esteja atrelada a fatores que discorro mais adiante, como a própria natureza que aparelhos desta natureza possuem em seu funcionamento, tal como expõe Goffman. A espacialidade do trabalho está ligada diretamente à própria mutilação que se coloca no processo da produção e reprodução social do capitalismo. Ele escreve:

A barreira que as instituições totais colocam entre o internado e o mundo externo assinala a primeira mutilação do eu. Na vida civil, a sequência de horários dos papéis do indivíduo, tanto no ciclo vital quanto nas repetidas rotinas diárias, assegura um papel que desempenhe não impeça sua realização e suas ligações em outro. Nas instituições totais, ao contrário, a participação automaticamente perturba a sequência de papéis, pois a separação entre o internado e o mundo mais amplo dura o tempo todo e pode continuar por vários anos. Por isso ocorre o despojamento do papel. Em muitas instituições totais, inicialmente se proíbem as visitas vindas de fora e as saídas do estabelecimento, o que assegura uma ruptura inicial profunda com os papéis anteriores e uma avaliação da perda de papel. (Goffman, 1974, p. 24)

Após este trecho ele correlaciona esta ruptura com a criação de corpo, ou seja, a quebra com o mundo exterior homogeneizando as relações desenvolvidas no local, onde, em tese, e quem diz isso sou eu, restariam poucas indicações que revelam o status social no mundo externo. Este processo, leio, que assemelha-se sobretudo à divisão do trabalho. Não podemos dizer que dentro da instituição tratada traria propriamente dita uma divisão do trabalho, já que o país era majoritariamente agrário, e ainda mais a faixa rural distante da metrópole São Paulo.

Goffman também nos elucida sobre certo processo de mortificação civil dos internos, ou seja, as atribuições e realizações principalmente de ordem política estarão em uma esfera intocada do indivíduo. Esta mortificação ocorre em grande parte por uma exposição contaminadora, segundo o autor, de maneira controlada, em hierarquia, obedecerá aos ritos, e tomará os rumos descritos. Ou seja, essa separação de ordem física estará de acordo com certa alienação do mundo externo, no caso dos “loucos” esta mortificação ocorre em sua maioria em um processo espontâneo, a espacialidade apenas consolida esta separação e a tutela.

Acredito que seja nesse ponto onde encontraremos novamente o caminho que irá ao encontro com o que argumenta Foucault, em uma punição, ou processamento da alma perante o corpo. E o fato da perda da propriedade insere-se em uma importante perda sentimental, caracterizado pelo processo de admissão de internos. Goffman discorre: “Talvez a mais significativa dessas posses não seja a física, pois é nosso nome; qualquer que seja a maneira de ser chamado, a perda do nosso nome é uma grande mutilação do eu.”. (Goffman, 1974, p. 27) Portanto, como o conceito desta propriedade estará no fim vinculado a uma constante afirmação do eu, do pertencimento.

Perceba que este processo de admissão, e deste caminho para este espaço exige certa violência, no sentido do confronto com a situação do eu. Esta alienação estará presente em todo o processo, por isso, comumente eram chamados de alienados, externos à sua condição. E são nestas condições, onde estando ligados à nova mentalidade que se reproduz mundialmente, dada a partir do capital, suas condições estarão submetidas ao rumo da sociedade.

Procuro explicitar como esta diferenciação a partir do capital, mobiliza as estruturas, baseadas no trabalho e acumulação. Do ponto de vista do internato, como supracitado, Goffman discorre sobre a mortificação do eu, esta que faz parte da desassociação, portanto, entre o mundo do trabalho e a loucura. Vejamos esta citação:

Nas instituições totais há outra forma de mortificação; a partir da admissão, ocorre uma espécie de exposição contaminadora. No mundo externo, o indivíduo pode manter objetos que se ligam aos seus sentimentos do eu - por exemplo, seu corpo, suas ações imediatas, seus pensamentos e alguns de seus bens - fora de contato com coisas estranhas e contaminadoras. No entanto, nas instituições totais esses territórios do eu são violados; a fronteira que o indivíduo estabelece entre seu ser e o ambiente é invadida e as encarnações do eu são profanadas. (Goffman, 1974, p.31)

Portanto o que se discorre aqui é justamente a mortificação do eu social enquanto ser capitalizado, sujeito do trabalho, que se aliena e em provocado processo perde sua ligação ao mundo do trabalho, mesmo que nele esteja baseado, o consumo não se fará presente. Encontramos no “Manifesto Contra o Trabalho”, de 1999 outro trecho que nos ajuda a explicar esta passagem:

Na esfera do trabalho não conta aquilo que se faz, mas sim que o fazer, enquanto tal, seja feito, pois o trabalho é um fim em si mesmo justamente na medida em que traz consigo a valorização do capital-dinheiro – a infinita multiplicação do dinheiro por intermédio do dinheiro. O trabalho é a forma de

actividade própria desta absurda finalidade autotélica. É por isso, e não por quaisquer razões objectivas, que os produtos são todos eles produzidos como mercadorias. Só sob a forma de mercadoria representam a abstracção dinheiro, cujo conteúdo é a abstracção trabalho. Nisto consiste o mecanismo da engrenagem social autonomizada em que se mantém aprisionada a humanidade moderna. (Krisis, 1999)

A alienação inicia-se portanto como forma do trabalho ao mundo exterior, quando internado este sujeito sofre a alienação provocada, bem como todo o processo que fará parte. Observo que o trabalho estará antes de mais nada calcado numa normatividade burguesa, e em uma noção de cárcere significativamente diferente do que se encontrava até o momento. Será um conjunto de políticas que legitimam o tratamento e a abordagem do sistema, o Estado, como quem permite ou não a violência, para que e para quem.

3. NORMATIVIDADE E PUNIÇÃO

Este conjunto de políticas estará no cerne da discussão de como se planeja e administra cidades e sua população durante este período, qual era o projeto que existia para quem compunha a força de trabalho e a quem não se encaixava no trabalho. Esta relação com a Europa sobretudo cria uma relação médica muito semelhante no Brasil, onde o médico é uma personagem que figura na relação entre o Rei e seus vassalos, por meio da doença e da morte (Machado et al., 1978) Esta relação direta lhe transforma em uma extensão de políticas estatais que assegurem a conformidade do espaço normativo. Ou seja, irá assegurar aquilo que é o básico da sociedade que lhe constitui. Isto é, um conjunto daquilo que definirá o pensamento da medicina correlato ao capital que se estabelecerá, sobre isso encontramos em Danação da Norma, a manutenção e conservação do Estado burguês como legitimador e figura centralizadora, enquanto instituição maior:

A população vital para defender a terra e fazê-la produzir, aparece como elemento a ser preservado em vida como vassalos do Rei, povoadores de uma terra disputada e produtora. É neste contexto que sujeira e doença articulam-se como binômio a ser evitado. (Machado et al., 1978, p. 43)

Neste trecho portanto estabelece a ideia de que deve-se evitar as mazelas a fim de garantir a produção, acima de tudo, da terra e do espaço, numa proteção e recuperação daqueles que não estiverem dentro deste preâmbulo. E aqui, assinala como esta relação entre Rei e vassalo estará compondo a normatividade das colônias, e esta relação de subserviência calcará todo o entorno economicamente e socialmente. Ou seja, a história da periferia trata-se da problemática do trabalho sobre a terra, isto é, como se dá este trabalho ditará a história do capital no sul global.

A ideia em si do trabalho como um método terapêutico nasce alinhado ao cárcere, e é interessante notar como estará vinculado ao movimento do capitalismo. Descrito no livro “Cárcere e Fábrica” de Daniel Melossi e Massimo Pavarini, assinalam este processo capitalista como definidor para as mudanças estruturais das “instituições subalternas”:

Se o modo de produção capitalista e a instituição carcerária (assim como outras instituições subalternas) surgiram ao mesmo tempo numa relação determinada que é objeto do presente trabalho, as modificações tão profundas que ocorrem ao nível estrutural não podem, por outro lado, deixar de ter provocado alterações igualmente radicais naquelas instituições e no conjunto dos processos de controle social e de reprodução da força do trabalho. (Melossi; Pavarini, 2006, p.26)

Figura 5: Horta do Hospital, e ao fundo o trem.



Fonte: Comissão de Ensino e Pesquisa do Juquery

Esta fotografia representa a chegada do capital ao campo por meio da rede de transporte, acredito que seja bastante representativa para os propósitos. Vemos os internos trabalhando na horta, enquanto ao fundo passa o trem, expondo a contradição entre o trabalho, o não trabalho, a loucura, e a terapia.

Esta reprodução da força do trabalho estará descrita quando mais a frente irei delimitar as terapias propostas pelo Hospital Psiquiátrico, mas o que de fato o autor assinala é como a reprodução do trabalho está diretamente ligada ao controle social e ao cárcere, numa definição do que é normativo e moralmente aceito. A fim de garantir a função social a medicina e a ideia higienista de saúde, instaurará a ideia de um modelo médico-político, de controle contínuo (Machado et al., 1978), colaborando para a tese de Goffman, das instituições totais, onde existirão estes espaços voltados ao controle da vida social e ao que lhe rege.

Segundo Goffman:

Toda instituição conquista parte do tempo e do interesse de seus participantes e lhes dá algo de um mundo; em resumo, toda instituição tem tendências de “fechamento”. Quando resenhamos as diferentes instituições de nossa sociedade ocidental, verificamos que algumas são muito mais “fechadas” do que outras. Seu “fechamento” ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico-por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos. A tais estabelecimentos dou o nome de instituições totais, e desejo explorar suas características gerais. (Goffman, 1974, p. 16)

Sobre isso podemos assinalar que o fechamento inicial do hospital psiquiátrico, neste caso, já se dá em sua implantação, o complexo que em seu grande projeto contava, apesar das amplas áreas agrícolas, o complexo impossibilitava, por razões óbvias, fugas de seus internos. O controle do aspecto social dos indivíduos, segundo Goffman, no caso de sanatórios e hospitais psiquiátricos, que representam uma ameaça, de maneira não intencional, a sociedade e que não conseguem cuidar de si mesmas. Segundo Goffman:

O aspecto central das instituições totais pode ser descrito com a ruptura das barreiras que comumente separam essas três esferas da vida. Em primeiro lugar, todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade. Em segundo lugar, cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. Em terceiro lugar, todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo predeterminado, à seguinte, e toda a sequência de atividades é imposta de cima, por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários. (Goffman, 1974, p. 17)

Assim, todas atividades de âmbito social estão controladas e regidas por um grupo determinado de pessoas, que garantem a ordem e o andamento das atividades. As atividades estabelecidas em conjunto passam pelo crivo de uma terapia e a garantia da moralidade que deve ser instaurada. Isto é, estabelece-se um regime de atividades, em uma rotina diária. E sobre isto ainda em Goffman encontramos:

Individualmente, tais aspectos são encontrados em outros locais, além das instituições totais. Por exemplo, nossos grandes estabelecimentos comerciais, industriais e educacionais cada vez mais apresentam refeitórios e recursos de distração para seus participantes; no entanto, o uso de tais recursos ampliados é sob muitos aspectos voluntários, e há cuidados especiais para que a linha comum de autoridade não se estenda a eles. De forma semelhante, as donas de casa ou as famílias de fazendeiros podem ter todas as suas principais esferas da vida dentro da mesma área delimitada, mas essas pessoas não são coletivamente arregimentadas e não vão para as atividades diárias na companhia imediata de um grupo de pessoas semelhantes. (Goffman, 1974, p. 18)

Isto é, a semelhança de tais atos se faz na emergência, como supracitado, do modo de produção capitalista. Todos os espaços utilizados por ele como exemplo se fazem completo pós revolução burguesa.

Interessante notar como isso dialoga com o mundo do trabalho. Assim, encontramos no “Manifesto Contra o Trabalho” de 1999 que destaca de maneira perspicaz: “Dentro da vida psíquica, no cerne das experiências cotidianas, o trabalho exerce uma influência determinante sobre o pensamento e os comportamentos.” (Krisis, 1999), ou seja, o mundo do trabalho ditará a velocidade, a felicidade e por assim dizer todas nossas experiências cotidianas. E aqui, assinala novamente Goffman, que para mim, ao marcar a Instituição total como uma categoria de análise, reitera a posição da contradição que a modernidade capitalista instaura sob no cotidiano, entre o trabalho e não-trabalho.

Fundante à ideia do mundo do trabalho, carrega-se a noção sobre o qual estará calcado, o próprio desenvolvimento, e que significará ciência, à iluminação pelo saber. E é nesta racionalidade da produção onde estará a divisão social do trabalho, nascente no Brasil, mas que definirá a racionalidade por meio daquilo que tem ou não ciência, perante à salvação. O trabalho, neste caso, se torna um meio para alcançar o saber, a salvação.

Desta maneira, enxergo que é no trabalho que existirá um fio condutor para compreendemos a ideia do cárcere e seu funcionamento. Foucault em Vigiar e Punir irá discorrer sobre a mudança dessa mentalidade, no processo do pensamento do cárcere e deste processo que se desenvolve sobretudo após a revolução burguesa. Segundo Foucault é a partir do século XVIII onde a sociedade européia desenvolve e busca de diferentes formas para se punir, onde o processo de punição ancorada nos suplícios físicos ganha resistência por parte de uma nova classe que se estabelece no poder, a burguesia. Esta busca estava baseada sobretudo na dissociação espacial do soberano e do condenado, ou seja, a proximidade física entre supliciado e o carrasco, na posição de representante legitimado do Rei.

Aqui pensemos sobre esta posição, e a busca pela sua mudança. Este movimento ocorre, na virtualidade das relações, e no aprofundamento da punição. Vejamos onde discorre Foucault, existe uma questão de norma, e de legitimação da mesma. Segundo o que o mesmo escreve: “Diante do soberano, todas as vozes devem-se calar.”. (Foucault, 1999, p. 54) Assim, nasce dessa relação a punição e normatividade que busca-se estabelecer, através de juízes. O direito não deveria em

hipótese alguma estar nas mãos do povo. Assim, se estabelecia segredo entre todo o processo de julgamento, para que na ausência do acusado a verdade estivesse ali, ainda sim, presente. Segundo o autor francês do ponto de vista da população as punições físicas, realizadas como uma verdadeira exibição, evento, demonstraram excessiva crueldade, tirania e vingança do soberano.

Neste processo é onde as punições físicas deixam de estar no caráter principal e passam para a prática do medo, e a punição psíquica, da temporalidade e do espaço, da privação das noções. Sobre isso Foucault escreve:

A marca a ferro quente foi abolida na Inglaterra (1834) e na França (1832); o grande suplício dos traidores já a Inglaterra não ousava aplicá-lo plenamente em 1820 (Thistlewood não foi esquartejado). Unicamente o chicote ainda permanecia em alguns sistemas penais (Rússia, Inglaterra, Prússia). Mas, de modo geral, as práticas punitivas se tornaram pudicas. Não tocar mais no corpo, ou o mínimo possível, e para atingir nele algo que não é o corpo propriamente. Dir-se-á: a prisão, a reclusão, os trabalhos forçados, a servidão de forçados, a interdição de domicílio, a deportação — que parte tão importante tiveram nos sistemas penais modernos — são penas “físicas”: com exceção da multa, se referem diretamente ao corpo. Mas a relação castigo-corpo não é idêntica ao que ela era nos suplícios. O corpo encontrasse aí em posição de instrumento ou de intermediário; qualquer intervenção sobre ele pelo enclausuramento, pelo trabalho obrigatório visa privar o indivíduo de sua liberdade considerada ao mesmo tempo como um direito e como um bem. Segundo essa penalidade, o corpo é colocado num sistema de coação e de privação, de obrigações e de interdições. O sofrimento físico, a dor do corpo não são mais os elementos constitutivos da pena. O castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos. Se a justiça ainda tiver que manipular e tocar o corpo dos justiçáveis, tal se fará à distância, propriamente, segundo regras rígidas e visando a um objetivo bem mais “elevado”. Por efeito dessa nova retenção, um exército inteiro de técnicos veio substituir o carrasco, anatomicista imediato do sofrimento: os guardas, os médicos, os capelões, os psiquiatras, os psicólogos, os educadores; por sua simples presença ao lado do condenado, eles cantam à justiça o louvor de que ela precisa: eles lhe garantem que o corpo e a dor não são os objetos últimos de sua ação punitiva. É preciso refletir no seguinte: um médico hoje deve cuidar dos condenados à morte até ao último instante — justapondo-se destarte como chefe do bem-estar, como agente de não-sofrimento, aos funcionários que, por sua vez, estão encarregados de eliminar a vida. Ao se aproximar o momento da execução, aplicam-se aos pacientes injeções de tranqüilizantes. Utopia do pudor judiciário: tirar a vida evitando de deixar que o condenado sinta o mal, privar de todos os direitos sem fazer sofrer, impor penas isentas de dor. O emprego da psicofarmacologia e de diversos “desligadores”, fisiológicos, ainda que provisório, corresponde perfeitamente ao sentido dessa penalidade “incorpórea.”. (Foucault, 1999, p. 13)

O trabalho estará associado não tanto ao tratamento psiquiátrico, mas terá como fim combater a mendicância, e as noções ociosas, bem como outras formas de se comportar que não a temporalidade capitalista. Estas eram consideradas as grandes mazelas do final do século XIX, dada às noções republicanas e positivistas,

que serão carregadas e desenvolvidas a cabo durante o período analisado. São nessas noções que a violência, o trabalho e a racionalidade se tornam central no objeto da contradição, a periferia.

4. ADMINISTRAÇÃO NO PERÍODO DE FRANCISCO FRANCO DA ROCHA (1896 - 1923)

Desta maneira, penso que seria importante distribuir os capítulos entre os dois períodos estudados, final do século XIX e início do XX, assim, corresponde a Franco da Rocha e Pacheco e Silva respectivamente. Busco aqui compreender o cerne da mudança, o que o presente momento, daquela sociedade, como se desdobra o cárcere, e a terapia.

Primeiro, acredito que seja importante então contar a história do Doutor Francisco da Rocha. paulista de Amparo, formou-se em Medicina no Rio de Janeiro. Filho do Doutor José Joaquim Franco da Rocha e de Dona Maria Isabel Galvão Bueno Franco da Rocha. Pelo lado paterno, sua família contará com figuras históricas, como Amador Bueno, o próprio dono da sesmaria correspondente ao território atual da cidade de Franco da Rocha. Francisco Franco da Rocha dedicou a vida para a psiquiatria, tido como um dos pioneiros da ciência no Brasil. Em 1892 foi nomeado médico alienista do Hospício Provisório de Alienados da cidade de São Paulo, e em 1895, às margens do Rio Juqueri se iniciava a construção do Hospital Psiquiátrico do Juqueri. Franco da Rocha participou ativamente da implantação e do projeto do mesmo. Sua história remonta a grandes feitos na vida pública, durante a construção, procurava aprofundar suas especialidades, e que mais tarde viriam a fundar o tratamento no Hospital. O mesmo foi professor de Clínica Neuriatria e Psiquiatria na Faculdade de Medicina de São Paulo, o que demonstra mais uma vez sua posição de destaque nos estudos de ordem psíquica.

Sob sua administração o Hospital edificou as seguintes obras, sob projeto de Ramos de Azevedo. O projeto inicial foi projetado para possuir 12 pavilhões, sendo 10 de internação, 1 administrativo e 1 centro médico. Foi neste primeiro momento que internos menos graves contribuíram com o cultivo de uma pequena produção agropecuária, que não era competitiva no cenário. Nos primeiros anos da sua inauguração foram recebidos 80 pacientes, trazidos de Sorocaba, assim seria inaugurado o asilo e a colônia agrícola, como um modelo novo neste tipo de assistência no país. A colônia agrícola, como já citado, surge a partir do Franco da Rocha, esse em congresso internacional, que ocorreu em Paris, na França. A ideia é replicar os caminhos colocados naquilo que se entendia como moderno, o industrial, o capital.

Bem como já desenvolvido anteriormente, esta consciência está calcada a uma noção particular europeia, e de suas experiências. Assim, Franco da Rocha é pioneiro no uso da laborterapia no Brasil, é justamente nessa relação, trabalhada por aqui exaustivamente, onde encontraremos o cerne deste primeiro período, baseado no entendimento do não trabalho como sendo a pior das mazelas. Assim, o que se busca é a cura a partir do trabalho. Encontramos no artigo “Do tratamento moral à atenção psicossocial: a terapia ocupacional a partir da reforma psiquiátrica brasileira”, de 2017:

O uso terapêutico da ocupação foi sistematizado enquanto campo do saber a partir do século XVIII, quando Pinel teorizou o Tratamento Moral, que assegurava a internação e o isolamento como a melhor resposta social para as tensões ocasionadas pela loucura. Pinel foi propulsor do alienismo e propôs que o trabalho mecânico rigorosamente executado era capaz de garantir a manutenção da saúde. Constituindo-se, portanto, como uma terapêutica, a laborterapia era supostamente capaz de fazer o alienado mental voltar à racionalidade, por restabelecer-lhe hábitos saudáveis e reorganizar seu comportamento. Assim, a doença que causava contradições da razão e atitudes antisociais poderia ser combatida pela ocupação, pelo trabalho. (...)

O Tratamento Moral firmou o trabalho como “eixo regulador das mazelas da sociedade” (p. 37). Acreditava-se que a laborterapia desempenhava uma função corretiva e disciplinar, sendo o principal recurso para a organização e manutenção do ambiente asilar, porque contrapunha-se ao ócio desorganizador (Shimoguiri; Costa-Rosa, 2017)

Desta maneira, é interessante notar como se define o ócio, como desorganizador. Pode-se haver uma leitura, se formos adiante neste raciocínio, o trabalho e sua temporalidade aparecerá como organizativo, portanto, conversa-se, neste momento, com a noção de certa divisão do trabalho. É aqui que retomamos o ponto de que é nesta contradição onde se dará o processo da dialética exposta, ao tecido urbano, por assim dizer, do trabalho e o não trabalho, o agrícola e a noção industrial.

Em 1909 há grande número de pacientes, e ultrapassa a capacidade máxima, assim o governo autoriza novas ampliações do Complexo. Este período de superlotação faz com que o número de óbitos também aumente. Fato é que a intenção de não se transformar em mais um depósito de “loucos”, acaba por se repetir em alguns momentos de sua história.

No momento atual da pesquisa nos foi informado que os prontuários de internação não estavam disponíveis para consulta, por isso utiliza-se como fonte artigos e publicações onde estes dados são confrontados. Aqui cita-se o artigo

“Entre o particular e o geral: a constituição de uma “loucura negra” no Hospício de Juquery em São Paulo, Brasil – 1898-1920” de Rosana Machin e André Mota, nele o autor trata um pouco sobre como se dava a constituição dos internos neste período, com foco na população negra. Nele, transcreve um prontuário e traz informações importantes confrontando informações de óbito e internação neste período.

Uma passagem pelos livros de registro da instituição no Serviço de Arquivo Médico (Same) revela a dimensão numérica dessa experiência. O motivo mais frequente de saída dos internos é o falecimento. Entre 1898-1920, desde a fundação do Juquery ao fim da gestão de Franco da Rocha, seu criador e diretor, chega a representar cerca de 60%. Em 70,9% dos casos, os negros “saíam” por falecimento, havendo anos em que essa cifra atinge 90,0%, contra 58,3% dos brancos. (Machin; Mota, 2019)

O que se pode tirar desta citação, é que em grande maioria a terapia proposta não surtiu efeito algum, sob a perspectiva de uma perpetuidade das relações asilares contidas nessas instituições. Em última instância trata-se das formas do mundo do trabalho. A instituição modelar, com uma arquitetura aos moldes europeus, projeto importado, com participação de grandes intelectuais, no final não prestava a intenção proposta. Observemos neste momento do artigo:

Uma das primeiras observações que se pode fazer sobre os prontuários tange ao atendimento dispensado aos internos. Com um corpo clínico extremamente reduzido, ao menos nas três primeiras décadas do século XX, não eram incomuns casos que levavam meses e, às vezes anos, para terem um exame do médico, ficando nesse tempo entregues à rotina asilar. Do próprio João C., se diz que “não está doente” e, portanto, “continua em observação afim de ser melhor estudado”. É um caso típico.

No período estudado, apenas dois negros internos mereceram mais de um exame. Os demais tiveram um único contato médico-paciente, quando se formulou seu diagnóstico. Cumpre destacar que a população negra chegava a 12,0% dos internos da instituição, porquanto representasse apenas 6,0% na capital. (Machin; Mota, 2019)

O que este trecho nos apresenta de mais notável é o próprio atendimento dispensado aos interno, observe que apesar de aparecer como um modelo de instituição, sob sua estrutura, uma aparente preocupação no que se cerne ao cuidado com os doentes psíquicos, e grandes nomes na sua formulação, isto não fora o bastante para que estruturalmente o cuidado estivesse em primeiro plano.

Pensarmos também, quem eram estes internos, segundo o mesmo artigo, no período a maioria eram brancos, segundo o autor, entre 1896-1920 ingressaram na instituição 4292 pessoas, 3.301 brancos (76,9%), 478 negros (11,1%), 440 pardos (10,3%), 45 outros (1,0%) e 28 sem declaração (0,65%), (Machin; Mota, 2019)

assinala que o número é impreciso, porque nos anos iniciais as fichas não continham cor. Vejamos a citação acima, deste contingente havia uma parcela consideravelmente maior que saiam por falecimento, além do que, 12% dos internos eram negros, porém na capital representavam 6% da população.

Estes fatos postos em debate podem nos mostrar que a composição estava relacionada sobretudo a como esta população de negros estará inserida na sociedade pós escravidão. Há um fato que chama atenção, a representação era superior ao que se encontrava na população da capital, fato este tendo ligação à inserção dos negros no novo regime que se instaurava no campo. Vejamos este trecho a seguir:

Embora a pobreza urbana forneça a grande maioria do contingente dos hospícios, como igualmente os temas da medicina mental do período, não é só o contingente negro que subsidia o saber psiquiátrico(d), mas também os segmentos sociais resistentes à disciplina, à normalização, à moral ou aos “bons costumes”. O alienismo científico se constitui buscando defender a sociedade de “degenerados” ou figuras que perturbam a ordem social, legitimando a exclusão social. A criação do Hospício do Juquery implementou, em São Paulo, um modelo médico adequado aos propósitos da psiquiatria e às necessidades políticas e sociais: [...] (Machin; Mota, 2019)

Ou seja, quando ele assinala os segmentos sociais que se mostram resistentes à moral, normalização e disciplina da época nada mais é do que a consciência já descrita neste trabalho, criada a partir das relações pós escravidão, trabalho livre, e noções capitalistas. Sobre a temporalidade, a disciplina, o bom costume, tudo isso ditado pelos segmentos sociais alienados, consolidando esta noção, e os da elite, que importam estes costumes e implantaram nas grandes cidades. Juquery representa o fragmento desta noção que não poderia estar nos grandes centros.

O negro neste caso pode ser usado para representar o entendimento sobre a sociedade e noção que o trabalho representava na sociedade. E por isso Florestan Fernandes aparece novamente:

Em suma, a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de se reeducar e de se transformar para corresponder aos novos padrões e ideais de ser humano, criado pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo. Em certas situações histórico-sociais - como parece suceder com a cidade de São Paulo na época considerada-, essa responsabilidade se tornou ainda mais penosa e difícil, dadas as possibilidades que poderiam ser realmente aproveitadas em sentido construtivo pelo negro. (Fernandes, 2008, p. 35)

Ou seja, se estendermos, é nesse processo inicial do capital organizado que vamos observar o trabalho como educação das novas noções, trazidas, como Florestan assinala, pelo regime republicano, o trabalho livre e o capitalismo, a compreensão daquilo que será fechado à não normalidade, e a não normalidade é o não trabalho. Quase como um argumento secular o trabalho será o definitivo da saúde, em contraposição o ócio será doente, e o doente será o ócio, o não produtivo. É nesta contradição gerada pelo próprio movimento do trabalho livre, e porque não a abolição da escravidão, serão estes a força motriz para que a loucura esteja desta maneira amparada, e vista sob esta ótica. Isto é, a improdutividade, e a não adequação ao movimento moral e processual do capital.

Francisco Franco da Rocha se mostrava um homem do seu tempo, e em alguns escritos aparece esboçando a ideia do Darwinismo Social, isto é, vejamos como se dará então esta relação passível da objetificação do homem pelo homem. No mesmo artigo encontramos a seguinte citação:

A loucura numa raça sensivelmente inferior como é a raça negra sob o ponto de vista mental, deve trazer signaes que possam, de um modo geral, distingui-la da loucura das raças superiores. Isto é tão claro que bem dispensaria discussão. (Franco da Rocha, 1896 apud Machin; Mota, 2019)

O autor destaca que havia distinção no tratamento dispensado aos internos que faziam parte destas populações objetos da relação estabelecida na teoria social. E é justamente aqui onde vamos encontrar a ideia da loucura no século XIX, aparecerá como o não humano. O não humano não define-se como animal, mas sim a perda da natureza, essa constatação pode ser feita através da própria contradição entre ócio e trabalho. O que definirá o não humano é o próprio ócio, portanto. E é essa consciência que fundamenta e inaugura o modelo de assistência terapêutica do país. A loucura se torna o outro lado da civilidade, da modernidade, do capital, esta é a contradição.

Assim, o confinamento pelo trabalho, a ordem a partir da rotina laboral estará associada à melhora do estado não natural do ser humano. Assim, Pinel, elaborador da laborterapia acreditava que a alienação era a dificuldade do indivíduo em perceber a realidade, e desta maneira o isolamento seria o melhor tratamento. Encontraremos, novamente, no artigo, “Do tratamento moral à atenção psicossocial: a terapia ocupacional a partir da reforma psiquiátrica brasileira”, de 2017:

O uso terapêutico da ocupação foi sistematizado enquanto campo do saber a partir do século XVIII, quando Pinel teorizou o Tratamento Moral, que assegurava a internação e o isolamento como a melhor resposta social para as tensões ocasionadas pela loucura. Pinel foi propulsor do alienismo e propôs que o trabalho mecânico rigorosamente executado era capaz de garantir a manutenção da saúde. Constituindo-se, portanto, como uma terapêutica, a laborterapia era supostamente capaz de fazer o alienado mental voltar à racionalidade, por restabelecer-lhe hábitos saudáveis e reorganizar seu comportamento. Assim, a doença que causava contradições da razão e atitudes antissociais poderia ser combatida pela ocupação, pelo trabalho (Shimoguiri; Costa-Rosa, 2017)

Assim, o que pode-se ler, preocupa-se neste momento à questão moral, e esta formulação datada do século XVIII, é importada apenas ao final do século XIX, bem como com os novos desdobramentos capitalistas, e o entendimento desta consciência moderna. O trabalho apresentaria uma força de coação, superior a qualquer forma de força física. Novamente, isto irá ao encontro com o que Foucault formaliza sobre a própria ideia de cárcere e punição, o trabalho será central quando se trata da busca por padronização, palavra chave para se entender quando digo, isto advém da Europa em industrialização.

O trabalho apareceria do ponto de vista econômico como redução de investimentos por parte do governo, assim a agropecuária, pouco desenvolvida, seria utilizada para o consumo próprio. Este fato, para alguns, assinalaria a não exploração do trabalho dos pacientes, porém já é nesta questão sobre os próprios investimentos que a questão terapêutica ficaria em segundo plano, caracterizando a exploração.

O Hospital em seu projeto foi concebido com um sistema complexo, onde a proposta era um Hospital central para os internos agudos, e colônias em regime open-door parcial, em 6 Colônias, e fazendas com open door total (Crisciuma e Fazenda Velha) e assistência familiar (nutrício). Assim, é importante discorrer sobre estas formas.

Assim, sobre o nutrício, surge a partir de 1908, durante a administração de Franco da Rocha a assistência familiar aos internos. Consistia pela entrega de 2 a 3 internos incuráveis e pacíficos ao cuidado das famílias de funcionários e enfermeiros residentes na área do hospital. Havia pagamento neste tipo, por mês, por doente. Segundo o que explana Pizzolato, 2018, em sua dissertação, este modelo não aparece com tanto sucesso justamente pelas noções materiais que compunham o campo. A realidade de São Paulo espacialmente se dá com grupos nada coesos, população esparsa.

Esta relação, pode ser lida como justamente o entendimento que a influência hierárquica da instituição familiar iria ajudar de certa forma os internos, além, é claro, o intuito era inserir estes que eram incuráveis, em produções familiares, e como descrito, o caso do campo paulista era bem diferente deste. Representaram a forma do trabalho familiar, doméstico nas chácaras e fazendas.

Desta maneira, adiante, open door parcial e open door total, estas experiências, como o nome sugere, havia certo grau de liberdade para os internos, mas ainda era baseado no trabalho agrícola. Estes apareciam nas Fazendas e Colônias, dada certa distância do centro que viria se formar fazia sentido, como Goffman assinalou, a instituição poder ser e parecer fechada até mesmo sem muros. A proposta era promover um tratamento humanitário, dando um bem estar relativo, já que não havia cura conhecida. A ideia coincidia com a própria laborterapia, criava-se uma sensação de liberdade e convivência, após o trabalho pode-se ter autonomia para escolher o que fazer. Sobre o regime encontramos a seguinte citação em “Casas de Orates” de Hugo Segawa:

O regime de open-door, adotado em graduações distintas para as colônias agrícolas anexas ao asilo central e à fazenda, em oposição ao tratamento em asilo fechado, isolando seus internos do meio, propiciava maior grau de liberdade aos alienados ditos "tranquíilos" julgados não-perigosos e passíveis de conviverem com o ambiente organizado segundo o trabalho agrícola, voltado para a produção de gêneros para o hospício, baseado no princípio da não-ociosidade (de cunho moralista) aplicado como terapia e como recurso de retorno produtivo ao sistema. (Segawa, 1993 p. 87)

Neste período o complexo é completo, e bem estruturado quanto à racionalidade que ali estava proposta. A racionalidade se dá justamente em como se localizam, e perante a sua estrutura que proposta, e arquitetada, irá cumprir aos propósitos da laborterapia e do regime open door. Desta maneira, o que busco compreender é exatamente como estas formas estavam inseridas no contexto. O negro fica como a imagem da miséria social, ao lado do imigrante, ambos serão os sujeitos à sofrerem perante à sua época, onde o trabalho se dá diante à busca da moralidade, do que significa ser humano.

5. ADMINISTRAÇÃO NO PERÍODO DE ANTONIO CARLOS PACHECO E SILVA (1923 - 1937)

O Dr. Antonio Carlos Pacheco e Silva assumiu a direção a partir de 1923, importante novamente mostrar quem é este indivíduo, e o que o personificará. Nasceu na cidade de São Paulo em 1898, filho do coronel Pérsio Pacheco e Silva e Escolástica de Lacerda Pacheco e Silva. Formado em Medicina pela Faculdade Nacional de Medicina, empreendeu viagens ao exterior para buscar aperfeiçoamento diante da psiquiatria e neurologia. O seu retorno em 1921 foi marcado pela nomeação como médico anatomo-patologista do Hospital Juqueri, e em 1923, antes de completar 23 anos tornou-se diretor, por indicação do próprio Franco da Rocha.

Segundo o que consta no site da Academia de Medicina de São Paulo, Franco da Rocha queria um jovem, cientista, estudioso, e principalmente, o que chama mais atenção, moral irrepreensível. Interessante como a moral sempre estará no invólucro da medicina, atestando a moralidade que o trabalho e o capital pregam. Para se falar sobre Pacheco e Silva, Gustavo Tarelow é a base para qualquer trabalho desta natureza, em seus trabalhos de pós-graduação, desenvolve o período da administração do mesmo. Assim, neste processo estará exposto às mudanças entre Franco da Rocha e Pacheco e Silva sob a perspectiva do mundo do trabalho e o funcionamento da instituição durante o período.

É importante levar em conta que a mudança de diretores não dita o fim de uma era e o começo de outra, afinal Pacheco e Silva fora indicado por Franco da Rocha, as políticas seguem as mesmas direções, em relação ao trabalho agrícola. E por isso, uma das bases da sua atuação era justamente na eugenia, Gustavo Tarelow escreve:

No plano político, esteve ao lado de movimentos, associações e de agremiações de base conservadora, sendo reconhecido por seus pares como um dos maiores expoentes da defesa dos princípios da Eugenia e do anticomunismo no Brasil (Tarelow, 2018, p. 52)

Pacheco e Silva ficou conhecido pela implementação das Terapias Biológicas, conhecidas como Terapias de Choque, abstratas como o dinheiro e o trabalho, sistematizadas no processo. Seu surgimento se dá do entendimento de que os transtornos mentais tinham origem na estrutura cerebral e alguma disfunção. Sobre as implementações que buscou durante este período, Tarelow escreve:

Essas controvérsias técnicas foram desenvolvidas de forma experimental nos grandes hospitais psiquiátricos europeus, especialmente em Lisboa, Viena, Budapeste e Roma. Em constante contato com pesquisadores estrangeiros, Pacheco e Silva “importou” tais técnicas e, juntamente com seus colaboradores, aplicou pela primeira vez no Brasil, a Malarioterapia, a Insulinoterapia, a Convulsoterapia e a Lobotomia. Entretanto, se tais terapias representavam o que havia de mais avançado do ponto de vista técnico, também é verdade que, as formulações diagnósticas que as subsidiaram eram flexíveis e subjetivas, de modo que, na maior parte das vezes, as concepções morais dos psiquiatras determinavam em quais pacientes elas seriam aplicadas. (Tarelow, 2018, p. 58)

Estas terapias biológicas serão trazidas de fora, e é conveniente explicá-las. A primeira, Malarioterapia, induzia de forma benigna os sintomas da malária. Foi criada para combater a sífilis, no caso do tratamento psiquiátrico o intuito era causar episódios de febre alta, que estariam relacionados a melhora dos quadros psíquicos. Este tratamento surge em 1917, a partir de Wagner-Jauregg, austríaco, utilizando soldados na guerra dos Balcãs, pode desenvolver suas teorias. A segunda, Insulinoterapia, consiste em provocar convulsões ao paciente, com doses excessivas de insulina, a fim de tratar psicoses. Surge a partir de Manfred Sakel, assinalado como uma terapia bastante desagradável e com taxa de mortalidade alta. A terceira, Convulsoterapia, consiste na promoção, a partir de um estímulo elétrico na cabeça, de crises convulsivas, com duração de 15 minutos, a fim de diminuir sintomas da doença. Atribuída à Ugo Cerletti e Lucio Bini, italianos que ganharam prestígio, porque a terapia era facilmente implantada. Por fim, Lobotomia, a mais conhecida das quatro, diversas culturas já possuíam a prática de fazer furos no crânio para libertar o indivíduo de espíritos causadores, porém através do neurologista português Egas Moniz a Lobotomia fora consolidada como prática científica, em 1935. Acreditava que os comportamentos obsessivos estavam relacionados a circuitos defeituosos no cérebro.

Todas as técnicas, como assinalado anteriormente, possuíam graus de subjetividades, e eram tidos como bastante desagradáveis, por serem promovidos através do choque de reações, ou mutilação. A lobotomia, prática que fora tida como símbolo do período, estava relacionada à uma benevolência, ao invés do cárcere para o resto de sua existência, o indivíduo passaria por este procedimento, e estaria sem reações, em apatia ao seu redor.

Sua filiação aparece relacionada à uma linhagem da família que serviram à Guarda Nacional e ao Exército, demonstra que Pacheco e Silva fazia parte de um lugar de prestígio na sociedade brasileira, herdeiro da tradição do interior paulista,

bem como todos os títulos que os punham na aristocracia. Isto criava uma intimidade com a alta cúpula do governo paulista, carregava-se a herança que importa. Isto possibilitou durante sua administração uma ampliação da infraestrutura do complexo. As ampliações contaram com uma complexa rede de prédios e colônias, tal como Escola Pacheco e Silva para menores *anormaes* em 1923. Esta, por sua vez, destinada ao ensino moral dos jovens considerados educáveis.

A superlotação também foi uma das marcas deste período, novamente, e uma das iniciativas foi a criação do Manicômio Judiciário. É neste momento, em que parte do judiciário também utilizava de suas decisões para manter internação de pacientes que haviam cometido algum tipo de crime. Assim, em 1925 fala-se pela primeira vez sobre a construção do dito cujo, a fim de separar do convívio aqueles que moralmente estavam ainda mais na inferioridade sobre o aspecto do mundo do trabalho.

A cura é retorno ao trabalho, e aquilo que se apresenta como resultado do mundo do trabalho. Tanto o manicômio quanto estas tratativas demonstram a contradição da cura psiquiátrica manicomial. Leio que este momento representa a tentativa sistemática, através das terapias de choque de se atingir a própria mente no fim, e não através da punição corporal atingir a cura. As terapias são voltadas ao choque da própria mente, como um apagão da consciência, ou um *reset*, vejamos como se comporta nesse contexto.

Nesse período enxergo um processo cada vez mais violento empregado nas relações que se criavam no espaço, e é justamente isso que marcará a história do Juquery. Durante sua trajetória o aspecto eugenista ficará marcado em muitas ações. Em 1930 foi nomeado Diretor Geral do Departamento de Assistência aos Psicopatas de São Paulo, assim, era responsável pela gestão de toda política psiquiátrica e sobre manicômios paulistas até 1937. Segundo o que descreve Tarelow, Pacheco e Silva defendia práticas como, esterilização compulsória de degenerados, a obrigatoriedade do exame pré-nupcial, a seleção racial dos imigrantes, e a educação moral da população. Isso atesta as primeiras suspeitas de que o tratamento iria ser modificado.

Deve-se assinalar que é também neste período onde as nações entram em novos estágios, um capitalismo da guerra, cada vez mais industrial e científico, bem como a própria guerra. Penso que é nessa consciência que o trabalho estará calcado neste período. Ambos processos decorrentes do mundo do trabalho, a

Guerra, e a Eugenia, estarão associados à miséria e a falta de saúde da classe trabalhadora, decorrente do período pós escravidão. Os propósitos higienistas estão de acordo com o próprio movimento do capital, que se modifica de acordo com as crises.

Atribuo, portanto, a este diretor, duas características, a busca por uma científicidade eugenista, e que nasce das ideias positivistas equivocadas do final do século XIX, e a implementação de novos aparelhos dentro do complexo, que de certa forma conversam com os novos rumos que a Instituição segue. Existe neste ponto a continuação das práticas das colônias, o trabalho agrícola, mas agora, mais do que nunca assinala a simulação do trabalho, sobre isso, esta passagem interessante do Manifesto Contra o Trabalho, de 1999:

A simulação estatal do trabalho já é, em si, violenta e repressiva. Ela serve a vontade incondicional de prolongar por todos os meios disponíveis a dominação exercida pelo ídolo do trabalho, mesmo para além da sua morte. Este fanatismo burocrático do trabalho não permite que os excluídos, os sem emprego e sem oportunidades, ou aqueles que encontram boas razões para se recusarem a trabalhar, possam ficar em paz nos últimos nichos, já de si drasticamente reduzidos, do Estado social em desmantelamento. São arrastados por assistentes sociais e por funcionários dos serviços de emprego para a sala de interrogatórios do Estado e obrigados a ajoelhar-se publicamente diante do trono do cadáver dominante. (Krisis, 1999)

O ponto é que nem mesmo no sofrimento, estas pessoas poderiam deixar de simular o trabalho, ou obedecer ao regime que era imposto pela sociedade do trabalho. No caso quando retirados do seu estado de loucura, estariam em aparente apatia ao rumo das coisas.

Pacheco e Silva evoca-se como representação do momento, prefiro ter esta noção sobre a sua história, ao entender como um típico homem do seu tempo, que o isente de qualquer responsabilidade histórica. O capital que muda conscientiza também as pessoas em sua vida social, bem como o funcionamento da mesma, na subjetividade e objetividade que o capital cria na sociedade de classe. Novamente é necessário voltarmos a Marx no prefácio da primeira edição, isto se comporta como o abrandamento das relações, uma tentativa de se entender o corpo. É neste entendimento que a instituição estará inserida. Tarelow o classifica como um homem do Breve século XX, sintomático quando eu assinalo esta mesma máxima, Pacheco e Silva representará, em sua hierarquia e decisões o típico homem público do Brasil do início do século XX, bem como na reprodução do capital em suas decisões, como o mesmo se comporta em níveis de estrutura.

A instituição, portanto, que havia se tornado um depósito de indivíduos, necessitava de uma voracidade que Franco da Rocha não conseguia mais dar conta, dado que estava debilitado em sua saúde, o que o afastou de muitas tarefas. Pacheco e Silva surge incumbido de trazer as vocações assistencialistas e curativas novamente à instituição. Ele alteraria em primeiro lugar algumas questões de âmbito econômico, revertendo a laborterapia à um gerador de recursos próprios, criando maior autonomia, explorando a mão de obra dos pacientes, vendiam até mesmo produtos a fim de custear ações nobres, como a organização da Biblioteca do Hospital.

Como já dito, a superlotação se apresenta como um problema que surge em Franco da Rocha e acompanhará a história da instituição, com baixos índices de alta, bem como, arbitrariedades jurídicas com que fará a inauguração do manicômio judiciário, em outro entendimento sobre o cárcere, igualmente punitivo, sobre a temporalidade e os muros impostos pelo ordenado. E agora, mais do que nunca, estabelece-se sob a égide da exclusão, assinala aqueles preceitos que buscaram fundar a terapia, afastando o “louco” do seu gerador da loucura. Justamente por este caráter ser reforçado, pela superlotação, Pacheco e Silva busca a cura, busca encaminhar os reabilitados para a sociedade. Não é atoa que é neste período que muda o nome de Hospício para Hospital do Juquery, sugerindo esta nova abordagem. É neste contexto que haverá a necessidade que se busque terapias assertivas, rápidas, e facilmente implantáveis, observo, tal como uma fábrica, em uma divisão sobre o trabalho, deveria ser mais ágil, e acompanhar o ritmo das internações.

Assim, também é interessante trazer esta vista à Escola pacheco e Silva para menores anormaes, esta que buscava um tratamento médico-pedagógico, para jovens do sexo masculino. A ideia aqui seria difundir a prevenção através da visão de sociedade que deveria estar posta na mudança do século. As condições, também não eram das melhores, com denúncias sobre o número elevado de jovens e crianças com lombrigas. Faz parte, portanto, do conceito empregado, a disciplinarização, a custos altos, bem como a sociedade que a compõe estava sendo integrada por esta consciência, sob minha visão, militarista.

Assim, Pacheco e Silva, novamente, representa a tentativa do cientificismo, já que o antigo, a tentativa passada havia fracassado, baseada no trabalho e na separação. Assim, ele traz a modificação que compusesse a nova científicidade, e

isso nasce na crise, o capital que sempre está em crise, a superlotação e o movimento populacional, gerado por este desenvolvimento. Sua administração foi findada, por imposição da Ditadura Varguista, em 1938 deixa o cargo e se torna cátedra da faculdade de medicina. A instituição é sempre utilizada como extensão do Estado que a representa.

CONCLUSÃO

Chama-se atenção o fato das cidades que possuem nomes de personalidades, Franco da Rocha não é diferente, ainda mais quando nos aprofundamos sobre sua história, e de como se insere hoje sob a lógica das cidades, fazendo parte da zona metropolitana de São Paulo. A primeira vista é isto, o nome chamará atenção, porque deve-se dar nome à algo que está intimamente ligado à formação da cidade. Quando nos aprofundamos para entender melhor, afinal quem é Franco da Rocha, nos deparamos com uma história de cárcere, medicina e urbanização particular.

Exatamente na presença do Hospital Psiquiátrico do Juquery que dará início a formação da cidade, ao processo em íntima ligação, com o capital e o cárcere. Assim, é nessa produção do espaço estará intimamente ligada ao cárcere bem como o cárcere estará ligado ao trabalho. Assim, a compreensão sobre como as diferenças de terapia, sobretudo, a visão e a aplicação, como mudaram no decorrer do final do século XIX e até década de 30 do século XX, acende um entendimento que há uma ligação íntima entre estes três fatores. Portanto, como no fim o cárcere e o trabalho estando relacionados, dará origem a um tipo de sociedade, bem como a urbanização da própria cidade, estando o Hospital do Juquery no centro desta urbanização.

Desta maneira, busquei compreender através da inserção do trabalho livre no campo paulista, e as fazendas de café, utilizando os escritos do Martins, em “O Cativeiro da Terra”, onde justamente estudará como o trabalho estará inserido na consciência geradora, assim observo. Este movimento é necessário, entendo, para que a compreensão sobre as Instituições Totais, segundo Goffman, estejam dentro das particularidades paulistas. Este autor trabalha brevemente como o trabalho estaria relacionado ao cárcere, o que busco é particularizar esta relação e aprofundar. Para isto utilizei alguns escritos de Foucault, e o que encontro foi de extrema importância à conclusão deste trabalho, quando este explana sobre a mudança da mentalidade da punição, partindo de uma perspectiva física para uma perspectiva da consciência, uma punição psicológica. A punição e o cárcere para mim andam em conjunção, e o trabalho, ou labor, entrará desde os primórdios, ligado à uma ideia de doação.

Portanto, é nesse entendimento que o trabalho estará baseado. Para isso a busca por dar voz a consciência que se forma neste caso, a partir do projeto do

Hospital, os ideais iluministas e eugenistas que estarão edificando este processo, também fundaram as terapias que ali estiveram presentes, e isso, como busco desenvolver, está intimamente ligado à justamente o entendimento que se tem sobre o capital. Se no primeiro momento a ideia do trabalho está ligada à forma da terapia, o fim do ócio, daquele que não consome e nem produz, estará ligada à consciência do final do século XIX sobre o próprio trabalho livre, ou seja, é nessa mudança que enxergo a busca por esta racionalidade.

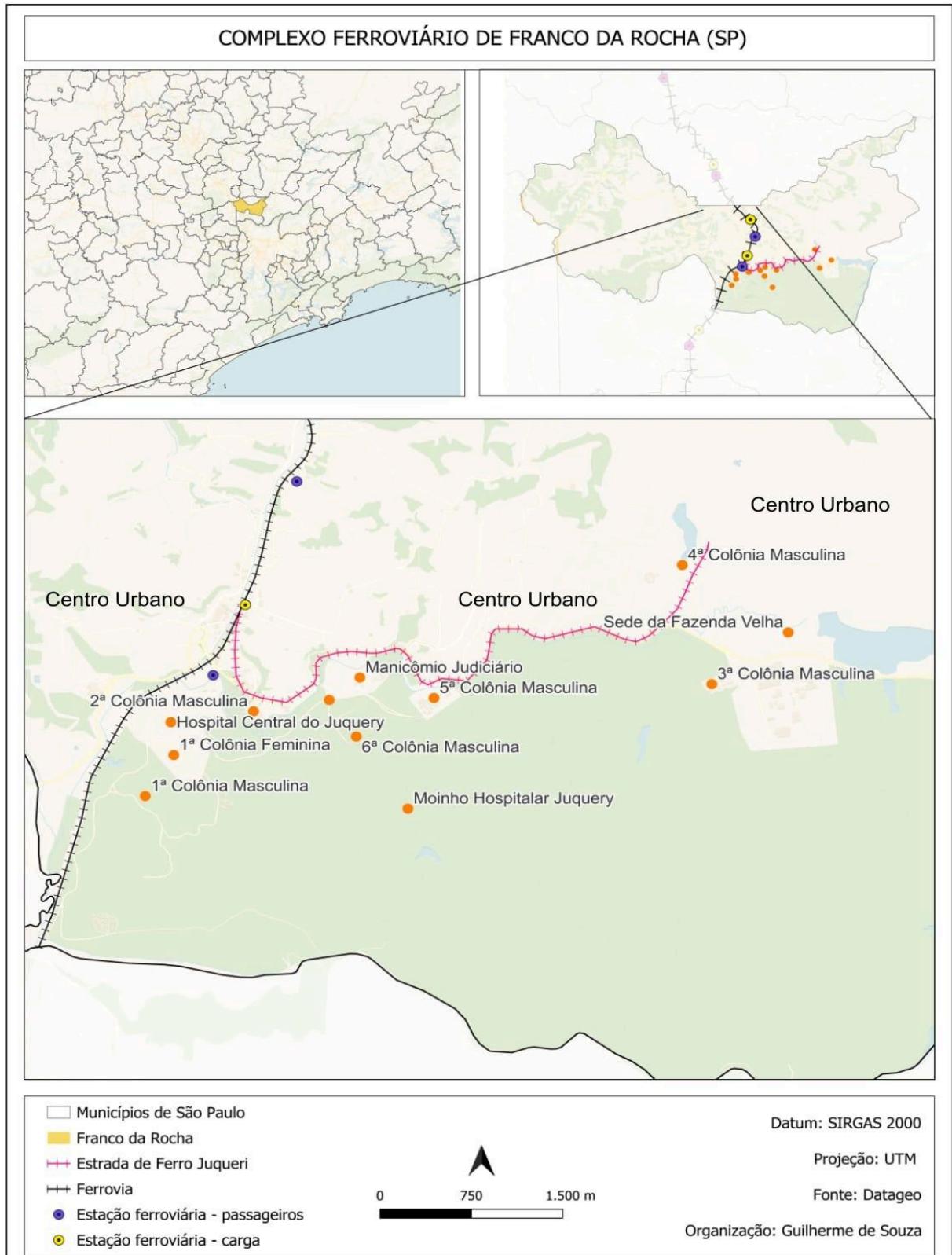
No segundo momento, encontraremos terapias voltadas às terapias de choque, e é aqui que para mim seja justamente reflexo sobre a mudança conjuntural naquele momento entre guerras. Partimos do corpo para a mente, e é neste momento em aparente abstração que o corpo será o acesso à alma. Assinala-se para mim que é nesta abstração onde se sistematiza em conjunto toda a sociedade pelo trabalho, bem como a forma-dinheiro. Nesta condição, cada vez mais violenta e invasora os corpos serão a entrada para alma, bem como sua sujeição, o que está exposto falará sobre a alma. Portanto, é nessa consciência violenta e central que Franco da Rocha se desenvolverá e alcançará os holofotes para o tratamento e a vocação “natural” para a saúde.

Segundo Foucault , 1999, “A alma, efeito e instrumento de uma anatomia política; a alma, prisão do corpo.” argumenta que é nesta contradição que se encontrará o entender sobre a punição, e se estendermos ao que já foi dito em Goffman, a alma estará neste centro como liberdade e cárcere, entre a terapia e a violência, o que quero dizer é que nesta baseia-se a ideia da retirada de direitos, bem como se relacionará ao mundo do trabalho, enquanto este, o trabalho, controla cada esfera da vida social, com a retirada da liberdade sobre um cárcere, uma temporalidade.

Assim, é nesta sujeição sobre o trabalho que enxergo como a urbanização no caso de Franco da Rocha se relaciona a esta ideia inerente à periferia, como contradição que não faz parte do positivo que se busca pelo capital. A linha férrea nos sugere esta alteração da mecânica como se fundamenta a sociedade que antevêem o trabalho livre, bem como sua noção. Desta maneira, o que busco amarrar é que o trabalho capitalista, livre, estará no centro das atenções e será gerador de condições para a sujeição do homem, novas estas, àqueles que agora estão cativos a terra, mas também ao mercado. É por isso que assinalo sobre as novas terapias que interagem e não deixam de conversar com o mundo do trabalho.

A urbanização como nasce característica na própria produção do espaço capitalista, será confundida, no entanto, em espaço do não-trabalho, e que nesta condição aparecerá a psiquiatria e o Estado para demandar o papel legítimo do Rei sobre o servo. Este papel está contido na legitimação e na divisão que se instaura sobre seu território, o Rei nada mais é do que o próprio capital, quem ditará as regras da economia. Compreendo que esta é uma racionalidade que se estabelece no capitalismo, e por isso estará intimamente ligada à presença do trabalho livre no campo, assim, a urbanização encontra-se em local de sujeição sobre o trabalho e o cárcere, até mesmo em maiores categorias, o que quero dizer com isto é o papel que Franco da Rocha absorve, central na periferia, diante de sua produção ligada ao Hospício.

Figura 6: Mapa de Franco da Rocha, explicitando o Complexo Ferroviário e o Complexo Hospitalar do Juquery.



Fonte: figura do autor

Nesta imagem observa-se os pontos que esbarrei durante a pesquisa, a notável importância da presença da linha férrea em toda concepção e consolidação do Complexo desenvolvido pelo Hospício do Juquery, bem como a importância deste segundo aparelho, muito mais explorado durante este trabalho, para a produção do espaço de Franco da Rocha. Nota-se que o desenvolvimento da cidade estará atrelado a estas duas frentes, como periferia, em comparação ao centro econômico, e central naquilo que se entendia como psiquiatria. Se torna central dentro do periférico, aquilo que não poderia estar no centro urbano industrial, o não trabalho que não deveria estar atrelado àquela realidade. Bem como, é nesta segunda paisagem, em território inóspito, mas com infraestrutura, que se situará tamanho projeto. Assim, são nessas condições em que assinala-se a loucura como gênese da cidade, como força motriz, e econômica de Franco da Rocha.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Rodrigo de Oliveira. Aos loucos, o hospício: Primeiros asilos para alienados do Brasil foram construídos em meados do século XIX no Rio de Janeiro e em São Paulo. **Revista Pesquisa Fapesp**, [s. l.], jan 2018. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/aos-loucos-o-hospicio/>. Acesso em: 28 dez. 2023.
- ARAUJO, Sergio. **Entre o Juquery, o trem e os rios: um pequeno registro artístico da vida em Franco da Rocha**. [S. l.], 29 jan. 2022. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Entre-o-Juquery-o-trem-e-os-rios-um-pequeno-registro-artistico-da-vida-em-Franco-da-Rocha>. Acesso em: 25 dez. 2023.
- ARRUDA, Isadora Ribeiro de. **A produção de espaços de segregação da loucura: aspectos históricos e geográficos da assistência psiquiátrica no Estado de São Paulo**. Orientador: Rita Cruz. 2017. Trabalho de Graduação Individual (Bacharelado em Geografia) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, [S. l.], 2017.
- BENELLI, Sílvio José. **A Instituição total como agência de produção de subjetividade na sociedade disciplinar**. Scielo - Brasil. Campinas, dez 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2004000300008>. Acesso em: 28 dez. 2023.
- COSTA, Maria Izabel Sanches. Política de Saúde-Política de Segurança: Manicômio Judiciário, entre o Hospital e a Prisão. **Revista do Arquivo**, São Paulo, n. 5, p. 144-160, out 2017.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 5ª Edição. São Paulo: Editora Globo, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **A Microfísica do Poder**. [S. l.], 1972. Disponível em: https://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/A_Microfisica_do_Poder_-_Michel_Foucault.pdf. Acesso em: 28 dez. 2023.
- FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 382 p. ISBN 85-336-1004-1.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 346 p. ISBN 85.326.0508-7.
- GARCIA, Marcos Roberto Vieira. A Mortalidade nos Manicômios da Região de Sorocaba e a Possibilidade da Investigação de Violações de Direitos Humanos no Campo da Saúde Mental por Meio do Acesso aos Bancos de Dados Públicos. **Psicologia Política**. Vol. 12. Nº 23. p. 105-120. Jan. – Abr. 2012.

- GOFFMAN, Erving. **Manicômios prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974. 317 p.
- GUIMARÃES, Andréa Noeremberg, et al. Tratamento em saúde mental no modelo manicomial (1960 a 2000): histórias narradas por profissionais de enfermagem. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2013 Abr-Jun; 22(2): 361-9.
- HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2005. 251 p. ISBN 85-7419-496-4.
- KRISIS, Grupo. **Manifesto contra o trabalho**. [S. I.], 31 dez. 1999. Disponível em: <https://www.krisis.org/1999/manifesto-contra-o-trabalho/>. Acesso em: 28 dez. 2023.
- LANCMAN, Selma; BARROS, Juliana de Oliveira. Notas sobre o uso do trabalho enquanto atividade terapêutica e suas interfaces com a Terapia Ocupacional. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**. 2021-2022 jan.-dez.;32(1-3):e207113.
- MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Angela; LUZ, Rogerio; MURICY, Katia. **Danação da Norma: Medicina Social e constituição da Psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- Machin, Rosana e Mota, André. Entre o particular e o geral: a constituição de uma “loucura negra” no Hospício de Juquery em São Paulo, Brasil – 1898-1920. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]**. 2019, v. 23 [Acessado 28 Dezembro 2023], e180314. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/Interface.180314>>. Epub 14 Fev 2019. ISSN 1807-5762. <https://doi.org/10.1590/Interface.180314>.
- MACHIN, Rosana. Uma instituição modelar: o Hospício do Juquery. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, outubro de 1992. 6. 92-103.
- MARTINS, José de S. **O Cativeiro da Terra**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política: o Processo de Produção do Capital**. São Paulo: Editorial Boitempo, 2013. 856 p. v. 1. ISBN 978-8575593257.
- ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. História das primeiras instituições para alienados no Brasil. Scielo - Brasil. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, [s. l.], 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702005000300018>. Acesso em: 28 dez. 2023.
- PACHECO, Maria Vera Pompêo de Camargo. Esquirol e o surgimento da psiquiatria contemporânea. **REVISTA LATINOAMERICANA DE PSICOPATOLOGIA FUNDAMENTAL**, [s. l.], jun 2003. Disponível em:

[- PIZZOLATO, Pier Paolo Bertuzzi. **O Juquery: sua implantação, projeto arquitetônico e diretrizes para uma nova intervenção.** 2008. Dissertação \(Mestrado em Projeto de Arquitetura\) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. doi:10.11606/D.16.2008.tde-20012010-152813. Acesso em: 2023-12-28.
- SEGAWA, Hugo. Casas de Orates. **Pós - R. Prog. Pós-Grad. Arquit. Urb. FAUUSP** São Paulo n.4 p.79 -90 dez. 1993
- SHIMOGUIRI, Ana Flávia Dias Tanaka; COSTA-ROSA, Abílio da. Do tratamento moral à atenção psicossocial: a terapia ocupacional a partir da reforma psiquiátrica brasileira. **Interface**, Botucatu, p. 845-856, 7 nov. 2016. DOI DOI:10.1590/1807-57622016.0202. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/TDxQbPHccjLh3FN548Db6qw/>. Acesso em: 28 dez. 2023.
- SILVA, Josué Pereira da. **A crise da sociedade do trabalho em debate. Scielo - Brasil**, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451995000100008>. Acesso em: 28 dez. 2023.
- TARELOW, Gustavo Querodia. **Antonio Carlos Pacheco e Silva: psiquiatria e política em uma trajetória singular \(1898-1988\)**. 2018. Tese \(Doutorado em Medicina Preventiva\) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/T.5.2019.tde-06052019-101223. Acesso em: 2023-12-28.
- TARELOW, Gustavo Querodia. **Entre febres, comas e convulsões: as terapias biológicas no Hospital do Juquery administrado por Pacheco e Silva \(1923-1937\)**. 2012. Dissertação \(Mestrado em História Social\) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/D.8.2012.tde-18052012-115937. Acesso em: 2023-12-28.](https://www.scielo.br/j/rlpf/a/wdZ8NCsDnBst4Nq3jZjgBMb/?format=pdf#:~:text=Lutou%20pela%20nova%20lei%20de,%C3%A0s%20pr%C3%A1ticas%20sist%C3%A1ticas%20da%20medicina. Acesso em: 26 out. 2023.</p>
</div>
<div data-bbox=)

IMAGENS:

- COMISSÃO DE ENSINO E PESQUISA DO JUQUERY. **Aspecto geral do Hospital Central do Juquery, Franco da Rocha, 190?** 1 fotografia.
- COMISSÃO DE ENSINO E PESQUISA DO JUQUERY. **Aspecto da Lavoura, provavelmente Moinho, 190?** 1 fotografia.
- COMISSÃO DE ENSINO E PESQUISA DO JUQUERY. **Represa, cachoeira e estação de tratamento de água, 190?** 1 fotografia.

- COMISSÃO DE ENSINO E PESQUISA DO JUQUERY. **Expedição no ano de 1892, comitiva do Governo paulista para conhecer o local onde seria construído o hospital. Sentado na carroça, Dr. Franco da Rocha aponta as colinas de Juquery**, 1892. 1 fotografia.
- COMISSÃO DE ENSINO E PESQUISA DO JUQUERY. **Horta do Hospital, e ao fundo o trem**, 190?. 1 fotografia.
- Figura 6: **Mapa de Franco da Rocha, explicitando o Complexo Ferroviário e o Complexo Hospitalar do Juquery**. - Autoria própria.